



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Processo nº: 32.417/15-e

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Assunto: Auditoria Operacional

Órgão Técnico: Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG

Sessão: Pauta nº 27, S.O. nº 5211, de 3.6.2020

Publicação: DODF nº 102, de 1.6.2020, pág. 26

Ementa: Auditoria Operacional realizada, em harmonia com o Plano Geral de Ação para o exercício de 2015, com o objetivo de avaliar aspectos relacionados à implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Distrital de Educação (PDE) no Distrito Federal.

Constatação de falhas. Remessa do Relatório Prévio à jurisdicionada para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 61/2017-GCPM). Encaminhamento de esclarecimentos.

Elaboração do Relatório Final de Auditoria.

Recomendações ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal e ao Sr. Secretário de Estado de Educação para correção das inconsistências identificadas na implantação do Plano Distrital de Educação (Decisão nº 2.837/17-CPM). Atendimento parcial.

Novas recomendações objetivando a complementação das informações apresentadas no plano de ação encaminhado a esta Corte, com alerta quanto ao cumprimento das metas do Plano Distrital de Educação (Decisão nº 1.486/18-CPM). Remessa de documentos.

PARECERES DIVERGENTES.

A Instrução sugere reiterar o cumprimento das recomendações que entende que não atendidas.

O Ministério Público opina por reiterar toda a deliberação anterior.

VOTO de acordo, em parte, com os Pareceres:

a) descumprimento do inciso III, **alínea “a”**, que se refere à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola, com a reiteração das recomendações;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

b) cumprimento parcial e reiteração das recomendações, ante a insuficiência das medidas informadas para garantir o alcance das metas do Plano Distrital de Educação:

1) do inciso **III**, **alínea “b”**, referente às ações adicionais a serem adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças de 0 a 3 anos;

2) do inciso **III**, **alínea “c”**, concernente às medidas complementares a serem adotadas para ampliar a oferta de educação em tempo integral;

c) cumprimento do inciso **III**, **alínea “d”**, relativo à apresentação de cronograma para assegurar a observância de parâmetros apropriados para a formação de turmas, ante a remessa de cronograma de obras que, caso integralmente realizado, viabilizará o atingimento das metas distritais e que permite o acompanhamento por parte desta Corte, em que pese as falhas formais apontadas pelo douto **Parquet**.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Auditoria Operacional realizada, em harmonia com o Plano Geral de Ação referente ao exercício de 2015, com objetivo de avaliar os aspectos da implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Distrital de Educação (PDE) no Distrito Federal¹.

2. Para orientar a fiscalização, foram definidas as seguintes questões:

1ª Questão: O GDF promoveu ações adequadas e eficazes para a consecução em 2016 das metas de universalização do acesso à pré-escola, aumento da oferta de educação infantil em creches e ampliação do ensino em tempo integral, conforme preconizado pelo Plano Distrital de Educação – PDE?

2ª Questão: Qual é o atual nível de implementação do Plano Distrital de Educação – PDE em relação às metas 1, 2, 3, 4,

¹ Os resultados dos trabalhos subsidiaram a elaboração do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas do Governo, exercício de 2015.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

6, 8, 11 e 20?

3. A fim de uma correta compreensão da matéria, importa conhecer as 21 (vinte e uma) metas do Plano Distrital de Educação – PDE, que apresentam diretrizes e prazos a serem alcançados no decorrer de 10 (dez) anos, além de um diagnóstico para cada meta:

METAS DO PLANO DISTRITAL DE EDUCAÇÃO

- 1 *Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender no mínimo 60% da população dessa faixa etária, sendo no mínimo 5% a cada ano até a final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral.*
- 2 *Garantir o acesso universal, assegurando a permanência e a aprendizagem dos estudantes a partir dos 6 anos de idade, ao ensino fundamental de 9 anos, assegurando, também, a conclusão dessa etapa até os 14 anos de idade até o último ano de vigência deste Plano.*
- 3 *Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100%, assegurando o acesso, a permanência e a aprendizagem.*
- 4 *Universalizar o atendimento educacional aos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, com transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH, dislexia, discalculia, disortografia, disgrafia, dislalia, transtorno de conduta, distúrbio do processamento auditivo central – DPA(C) ou qualquer outro transtorno de aprendizagem, independentemente da idade, garantindo a inclusão na rede regular de ensino ou conveniada e o atendimento complementar ou exclusivo, quando necessário, nas unidades de ensino especializadas.*
- 5 *Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.*
- 6 *Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.*
- 7 *Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as médias do IDEB para o Distrito Federal, em todas os anos de vigência deste Plano, dando uniformidade aos processos de avaliação das escolas.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

- 8 *Garantir a educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, em escolas do campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou à Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, conforme Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo.*
- 9 *Constituir na rede pública de ensino condições para que 75% das matrículas de educação de jovens, adultos e idosos sejam ofertadas aos trabalhadores, na forma integrada à educação profissional, nas etapas de ensino fundamental (1º e 2º segmentos) e médio (3º segmento) em relação à demanda social, sendo 25% a cada três anos no período de vigência deste Plano.*
- 10 *Garantir, na rede pública de ensino do Distrito Federal, a oferta de escolarização às pessoas jovens, adultas e idosas em cumprimento de pena judicial de privação de liberdade no sistema prisional do Distrito Federal, de modo que, até o último ano de vigência deste Plano, no mínimo 50% dessa população esteja atendida em um dos segmentos da educação de jovens, adultos e idosos – EJA/IT na forma integrada à educação profissional.*
- 11 *Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta em pelo menos 75% da expansão na rede pública, priorizando a educação integrada ao ensino médio.*
- 12 *Elevar a taxa bruta de matrícula da educação superior para 65%, ampliando a participação da oferta federal e a participação na oferta pública distrital de forma a aumentar 1% da taxa bruta ao ano até o último ano de vigência deste Plano.*
- 13 *Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior do Distrito Federal para 75%, sendo, do total, no mínimo 35% doutores.*
- 14 *Elevar, gradualmente, o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação de 2.200 mestres e 950 doutores por ano.*
- 15 *Garantir, em regime de colaboração com a União, no prazo de um ano da publicação deste Plano, a política distrital de formação dos profissionais da educação de que trata o art. 61, I, II e III, da LDB, assegurando formação adequada a todos no prazo de vigência deste Plano.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

- 16 *Formar, até o último ano de vigência deste Plano, a totalidade dos profissionais de educação que atuam na educação básica pública em cursos de especialização, 33% em cursos de mestrado stricto sensu e 3% em cursos de doutorado, nas respectivas áreas de atuação profissional; e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, as demandas e as contextualizações do sistema de ensino do Distrito Federal.*
- 17 *Valorizar os profissionais da educação da rede pública de educação básica ativos e aposentados, de forma a equiparar seu vencimento básico, no mínimo, à média da remuneração das demais carreiras de servidores públicos do Distrito Federal com nível de escolaridade equivalente, até o quarto ano de vigência deste Plano.*
- 18 *Adequar, no prazo de 2 anos, os planos de carreira dos profissionais da educação do Distrito Federal, mediante os compromissos assumidos neste Plano, bem como nas referências nacionais para os planos de carreira dos profissionais da educação básica pública.*
- 19 *Até um ano após a publicação deste Plano, adequar a ele a Lei de Gestão Democrática e elaborar leis do sistema distrital de educação e de responsabilidade educacional, em consonância com as orientações nacionais.*
- 20 *Ampliar o investimento público em educação pública de forma a duplicar o atual percentual de investimento em relação ao Produto Interno Bruto – PIB do Distrito Federal, assegurando ampliação gradual de 3,23% para 6,12% (recursos do FCDF incluídos) até o fim deste Plano, tendo, ainda, como referência para o financiamento da educação o investimento per capita em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino com base no Custo Aluno Qualidade Inicial, a ser definido em função da realidade social.*
- 21 *Garantir, já no primeiro ano de vigência deste Plano, 100% do atendimento escolar para todos os adolescentes que cumprem medida socioeducativa e internação cautelar, em consonância com os princípios dos direitos humanos e com qualidade pedagógica.*

4. Os planos (PNE e PDE), além de balizarem as ações educacionais no âmbito federal, distrital, estadual e municipal, também deverão servir de referência para a formulação do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais da União, dos Estados, do **Distrito Federal** e dos Municípios, de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as correspondentes diretrizes, metas e estratégias e a viabilizar a respectiva execução plena.

5. Realizados os trabalhos, a equipe de auditoria condensou os achados no relatório prévio constante do e-doc 73BC1AFC-e, que foi remetido à Secretaria de Estado de Educação para conhecimento e manifestação (Despacho Singular nº 61/2017-GCPM, e-doc 77943E9B-e).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

6. Devidamente comunicado, o Sr. Secretário encaminhou seus esclarecimentos por meio do Ofício nº 253/2017-GAB/SEEDF (e-doc 92BD5E03-c), os quais foram considerados quando da elaboração do Relatório Final (e-doc F3672EDF-e), apresentado a esta Corte na Sessão de 13.6.2017.

7. Na ocasião, o Tribunal, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 2.837/17 (e-doc 81C4AF67-e), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.837/17 (CPM)

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal**, com auxílio da Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal, que **elabore** e envie a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, **plano de ação** (conforme modelo anexo ao Relatório Final de Auditoria), **explicitando cronogramas, etapas e responsáveis, que contemple as medidas tendentes a:** a) **garantir o direito fundamental de acesso à Educação Infantil na pré-escola** a todas as crianças de 4 a 5 anos de idade, observando, ainda, a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional, conforme o art. 31, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e assegurando a disponibilidade orçamentária e financeira adequada; b) **ampliar e garantir o acesso à Educação Infantil em creches** para as crianças com idade entre 0 e 3 anos, de acordo com as metas do PDE, assegurando a disponibilidade orçamentária e financeira adequada; c) **garantir o cumprimento das metas do PDE** para a educação em tempo integral, assegurando a disponibilidade orçamentária e financeira adequada; d) **assegurar a observância de parâmetros apropriados, segundo o preconizado no Conferência Nacional de Educação 2014**, para formação de turmas; II – dar conhecimento do inteiro teor do Relatório Final de Auditoria, do Parecer do Ministério Público e desta decisão aos Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal, ao Sr. Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, aos Srs. Deputados Distritais, bem como ao Conselho de Educação do Distrito Federal e à Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – PROEDUC/MPDFT; III – recomendar à Secretaria de Estado Educação do Distrito Federal que adote o Relatório Final de Auditoria (e-doc F3672EDF-e) como parâmetro para a correção das inconsistências identificadas e aprimoramento da implementação do Plano Distrital de Educação; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria da Macroavaliação da Gestão Pública, para adoção das providências devidas.*

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou a representante do MPJTCDF, Procuradora-Geral CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.” (grifei)

8. Em atenção ao decidido, o Sr. Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal enviou, em 24.8.2017, cópia do Processo GDF nº 084.000.450/2017 (e-doc 4297CB54-e).

9. Ato contínuo, a Corte, na Sessão de 5.4.2018, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 1.486/18-CPM (e-doc B2D377E6-e), nos termos seguintes:

DECISÃO Nº 1.486/18 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (e-doc 4297CB54-e), em especial do plano de ação acostado à pág. 29; II – ter por parcialmente cumprido o inciso I da Decisão nº 2.837/17; III – recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, as seguintes informações: a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para: 1) realizar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, de modo a incluir as solicitações feitas pela população diretamente nas CREs e Unidades Escolares, não contempladas pelo Telematrícula; 2) implantar procedimento de busca ativa por crianças fora da escola, na faixa etária compatível com a pré-escola, a ser realizado com o intuito de apurar a demanda real e planejar a oferta de atendimento escolar visando à efetiva universalização da educação infantil na pré-escola; b) quanto às ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos; c) quanto às medidas complementares que pretende adotar para ampliar a oferta de educação em tempo integral, tais como as elencadas nas estratégias correspondentes à Meta 6, cujo rol integra o Anexo I do Plano Distrital de Educação – PDE, inclusive para contemplar as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio; d) sobre o cronograma com metas e prazos para assegurar a observância de parâmetros apropriados para formação de turmas, segundo o preconizado na Conferência Nacional de Educação 2014, tendo em vista as distorções apontadas pela auditoria; IV – alertar o Exmº. Sr. Governador para a necessidade de assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira adequada para o cumprimento das metas do Plano



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Distrital de Educação – PDE; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação, para adoção das providências cabíveis.

Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE.” (grifei)

10. Em cumprimento à deliberação, foram protocolados:

a) pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, os Ofícios SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, em 11.7.2018, e nº 1425/2018-SEE/GAB, em 19.10.2018 (e-docs 761BE555-c e 55802D72-c, respectivamente);

b) pela Governadoria do Distrito Federal, o Ofício SEI-GDF nº 198/2018-GAG/CJ, em 19.7.2018 (e-doc D0CC845F-c).

11. Posteriormente, em atenção à Decisão nº 591/18-CMA¹ (e-doc 7C0A56F4-c), foi juntada aos autos cópia da Representação nº 11/2017-GPML (e-doc 76AAD8C8-c), formulada pelo i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, versando sobre excessiva demora no deslocamento entre as residências de determinados alunos e as unidades de ensino, trazendo prejuízo para o desempenho daqueles, e a utilização irrestrita do transporte escolar em detrimento da implantação de unidades de ensino próximas às moradias dos estudantes.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

12. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 11/2019 – DIAPREX/SEMAG (e-doc 284665E0-e), de 17.1.2020, analisa a matéria, nos

¹ **Decisão nº 591/18-CMA**, de 22.2.2018 (Processo nº 41.725/17-e): “ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação n.º 11/17 – ML [...] II – deixar de realizar a fiscalização requerida pelo ilustre representante com a finalidade de avaliar a demanda reprimida na educação básica nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal e a consequente necessidade de implantação ou ampliação das unidades de ensino locais, em razão das matérias tratadas nos Processos n.ºs 1.306/15-e, 32.417/15-e e 1.889/17-e; III – autorizar: [...] b) a juntada de cópia da Representação n.º 11/17 – ML aos Processos n.ºs 1.306/15-e, 32.417/15-e e 1.889/17-e, para subsidiar as respectivas análises; c) a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria para fins de arquivamento.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

termos seguintes:

“1. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 1.486/2018

1.1. SOBRE O ITEM III.a.1 DA DECISÃO Nº 1.486/2018

III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para: 1) realizar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, de modo a incluir as solicitações feitas pela população diretamente nas CREs e Unidades Escolares, não contempladas pelo Telematrícula;

1.1.1. DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO AUDITADO

8. A SEEDF apresentou manifestações quanto a esse item por meio do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121).

9. Naquela manifestação a SEEDF informa que o detalhamento das ações referentes à promoção do acesso à pré-escola consta do Anexo I:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, fl. 1

5) Informações pormenorizadas referente as ações implementadas para promover o acesso a pré-escola (4 e 5 anos), estão contidas nos **itens 1 a 23** do documento elaborado pela Diretoria de Acompanhamento da Oferta Educacional desta Pasta, **Anexo I**. (Grifos no original)

10. Quanto à oportunidade de a população manifestar demanda por oferta educacional à pré-escola, a SEEDF prestou as seguintes informações, por meio do Anexo I do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121):

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Anexo I, fl. 6

3) A matrícula de crianças com 4 e 5 anos é direito público subjetivo desde 2016, contudo nos anos de 2016 e 2017 a implementação plena desta oferta educacional, no início do ano letivo, gerou ajustes por parte desta Secretaria de Estado de Educação em algumas Regiões Administrativas do Distrito Federal em razão da mobilidade social das famílias. Cabe informar ainda que com o intuito de ampliar e promover a universalização do atendimento de 4 e 5 anos, foi aprovada a Lei Distrital 5672/2016, que instituiu o Programa Bolsa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Educação Infantil - Pré-escola destinado ao atendimento de crianças na faixa etária de 4 a 5 anos que procuraram o Telematrícula e que não estivessem matriculadas nas redes pública ou privada de ensino do Distrito Federal, entretanto não foi necessária a sua utilização tendo em vista que a SEEDF promoveu a universalização do atendimento da referida faixa etária.

11. Em seguida, apresentou tabela com a evolução da oferta educacional de crianças de 4 e 5 anos realizada pelo Chamamento Público obrigatório nos anos de 2016, 2017 e 2018, segregado por Coordenação Regional de Ensino – CRE, conforme informações das páginas 6 e 7 do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo I), tendo por fonte o módulo Matrícula do sistema iEducar.

12. Destaca-se, a seguir, tabela resumo da oferta educacional de crianças de 4 e 5 anos realizada pelo Chamamento Público obrigatório, de 2016 a 2018.

ANO	IDADE			
	4 ANOS		5 ANOS	
	CONTEMPLADA	NÃO CONTEMPLADA	CONTEMPLADA	NÃO CONTEMPLADA
2016	14.966	2.097	9.151	386
2017	16.995	2.063	6.506	708
2018	14.692	-	3.925	-

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB.

13. A SEEDF apresentou, também, nas páginas 7 e 8 do Ofício SEIGDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo I), a evolução no número de turmas e de estudantes de 4 e 5 anos, segregada por tipo de escola, tendo por fonte informações do Censo Escolar.

ANO	TIPO DE ESCOLA	IDADE			
		4 ANOS		5 ANOS	
		NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ESTUDANTES	NÚMERO DE TURMAS	NÚMERO DE ESTUDANTES
2016	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARCEIRA	119	2.985	88	2.185
	UNIDADE ESCOLAR PÚBLICA	771	16.618	1.010	21.781
	TOTAL NO EXERCÍCIO	890	19.603	1.098	23.966
2017	INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL PARCEIRA	136	3.410	88	2.105



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

UNIDADE ESCOLAR PÚBLICA	838	17.766	1.077	22.949
TOTAL NO EXERCÍCIO	974	21.176	1.165	25.054

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB.

14. Em relação ao levantamento da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, a SEEDF informou que:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, fl. 7

8) O levantamento de demanda manifesta por Educação Infantil (Pré-escola) após o Chamamento Público obrigatório é realizado da mesma forma que para as outras etapas da educação obrigatória, qual seja, diretamente nas unidades escolares que compõem a rede pública de ensino do Distrito Federal, em um primeiro momento, e, posteriormente, caso não haja vaga, a UNIPLAT de cada Coordenação Regional de Ensino. Cabe ressaltar que as unidades orgânicas desta Secretaria de Estado trabalham incessantemente para garantir a matrícula das crianças que procuram por vaga fora do período do Chamamento Público obrigatório.

15. Ressalta-se que a SEEDF informou, ainda, na fl. 7 do Ofício SEIGDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo I), relação de unidades escolares acrescidas à rede pública de educação do DF, para o atendimento às crianças com 4 e 5 anos, referente aos exercícios 2016, 2017 e 2018:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Anexo I, fl. 7

7) Ratificamos informações prestadas anteriormente quanto à criação de unidades escolares vinculadas a rede pública de ensino desde o ano de 2016 para atendimento prioritário do direito público subjetivo de 4 e 5 anos de idade:

- Em 2016: Jardim de Infância 02 do Cruzeiro, Jardim de Infância 06 do Gama, Escola Classe 502 de Samambaia, Escola Classe 06 do Paranoá;

- Em 2017: CEI 04 de São Sebastião, CEI 07 de Taguatinga, Escola Classe 68 de Ceilândia, reabertura da Escola Classe 01 da Estrutural, administração própria desta Pasta nos CEPI Pinheirinho Roxo no Recanto das Emas e CEPI Gavião no Lago Norte (atendimento exclusivo para crianças da CRE do Paranoá);

- Em 2018: Escola Classe Comunidade de Aprendizagem do Paranoá (CAP).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

1.1.2. ANÁLISE

16. No entender da SEEDF, o Chamamento Público realizado por intermédio do Telematrícula 156, internet e, em 2017, nos postos de atendimento do NA HORA é utilizado para subsidiar o planejamento da oferta educacional do ano subsequente.

17. Cumpre esclarecer que o mencionado Chamamento Público se destina ao registro da demanda de crianças ainda não matriculadas na rede pública de ensino do DF. Esse instrumento **não registra** demanda dos alunos já atendidos na rede pública de ensino do DF, nem a procura por atendimento educacional manifestada diretamente nas unidades escolares, bem como na UNIPLAT¹ de cada regional de ensino.

18. Outro instrumento para o planejamento da oferta educacional do ano subsequente é o Censo Escolar do ano corrente. A lógica é a seguinte: a oferta do ano corrente, para uma determinada etapa de ensino, representa parte da demanda para a próxima etapa de ensino, no ano subsequente.

19. Ressalte-se que, em 2018, a SEEDF alega ter atendido à demanda registrada no Telematrícula 156, internet e postos do atendimento do NA HORA.

20. O item III.a.1 da Decisão nº 1.486/2018 refere-se à inclusão, nos instrumentos de planejamento de oferta educacional, os dados referentes à **demanda manifesta** da população para o atendimento de crianças de 4 e de 5 anos de idade na educação infantil pré-escola, em especial, do quantitativo de solicitações feitas pela população diretamente às CREs e Unidades Escolares, **não contempladas pelo Telematrícula**.

21. A idade de 4 anos corresponde ao ponto de entrada na rede pública de ensino do DF que deve ter atendimento universalizado.

22. Para subsidiar a análise quando à demanda de crianças de 4 anos à educação infantil pré-escola 1º Período em 2017, cita-se a informação do censo escolar de 2018 referente a essa idade (eDocs 42193781-e e 5FC7107E-e). O censo escolar de 2018 registra o atendimento de 19.872 crianças no 1º Período da rede pública de ensino do DF (urbana e rural).

23. As demandas registradas nos chamamentos públicos dos anos de 2016 e 2017, referentes às crianças de 4 anos, devem ter sido utilizadas como ferramenta de dimensionamento da oferta às crianças de 5 anos nos censos escolares de 2017 a 2019.

24. Entretanto, cotejando-se as informações do Telematrícula e as

¹ Unidade Regional de Planejamento Educacional em cada Coordenação Regional de Ensino.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

do censo escolar do ano subsequente, temos:

DEMANDAS PARA O ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 4 ANOS NO 1º PERÍODO DA EDUCAÇÃO INFANTIL				
ANO TELEMATRICULA	CONTEM-PLADA(A)	CENSO ESCOLAR	MATRÍCULAS (B)	DEMANDA ATENDIDA POR OUTRO MEIOS QUE NÃO O TELEMATRICULA (B - A)
2016	14.966	2017	19.603	4.637
2017	16.995	2018	19.872	2.877
2018	14.692	2019 - PRELIMINAR	22.270	7.578

Fonte: *Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Censos Escolares de 2016, 2017 e 2018 e Censo Escolar de 2019 – preliminar.*

25. Percebe-se, claramente na tabela anterior, que o Telematrícula **não registra** toda a demanda por educação infantil na pré-escola.

26. Assim, em que pese a importância do chamamento público Telematrícula, não se pode considerar o atendimento à demanda registrada no sistema como o pleno atendimento da demanda, tendo em vista que a existência de **demandas não registradas pelo Telematrícula**, especificamente daqueles estudantes que procuram diretamente as escolas de interesse ou a UNIPLAT de cada Coordenação Regional de Ensino.

27. Certamente, conforme informações da SEEDF, ocorre que as famílias das crianças não contempladas no Telematrícula, e principalmente outras que por qualquer razão não fizeram registro da demanda no Telematrícula, procuraram diretamente as unidades escolares ou regionais de ensino que compõem a rede pública de ensino do Distrito Federal para o efetivo atendimento.

28. Entretanto, não foi apresentada pela jurisdicionada qualquer informação sobre a procura por educação infantil pré-escola diretamente nas escolas e nas UNIPLAT, de forma a demonstrar que a SEEDF conhece os dados e atende à demanda manifesta das famílias com crianças de 4 ou 5 anos.

29. Assim, a apresentação de registros referentes à procura por atendimento em pré-escola manifestada após o período do Telematrícula, caso existam, poderiam confirmar o atendimento, ou não, de toda a demanda manifesta por educação infantil pré-escola.

30. Dito de outra forma, a SEEDF não apresentou registros referentes à procura por atendimento em pré-escola, após o período do Telematrícula, nas escolas e na UNIPLAT de cada Coordenação Regional de Ensino. Desse modo, considerando que essa demanda de alunos não é registrada nos sistemas informatizados da SEEDF, não é possível avaliar se de fato houve



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

a plena universalização de matrículas das crianças dessa idade.

31. Por derradeiro, de acordo com informações da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios 2018 – PDAD 2018, 12% das crianças em idade pré-escolar (4 e 5 anos) não frequentam à escola, o que indica que ainda não é possível afirmar acerca da universalização do atendimento desse segmento de alunos.

ENTRE 4 E 5 ANOS	
FREQUENTA	NÃO FREQUENTA
88%	12%

Fonte: PDAD 2018, figura 3.34 (eDoc 1617F416).

32. Assim, apesar das informações prestadas pela SEEDF, não restou comprovada adoção de medidas visando o atendimento do item III.a.1 da Decisão nº 1.486/2018.

33. Por essas razões, pugna-se pela reiteração dessa recomendação.

1.2. SOBRE O ITEM III.a.2 DA DECISÃO Nº 1.486/2018

III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na **Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para: [...] 2) implantar procedimento de **busca ativa** por crianças fora da escola, na faixa etária compatível com a pré-escola, a ser realizado com o intuito de apurar a demanda real e planejar a oferta de atendimento escolar visando à efetiva universalização da educação infantil na pré-escola; (Sem grifos no original)**

1.2.1. DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO AUDITADO

34. Em relação à instituição de procedimento de busca ativa por crianças fora da escola, a SEEDF apresentou informação no Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo I).

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Anexo I, fl. 7

9) A implantação de procedimentos de busca ativa por crianças fora da escola é uma política pública é desenvolvida pelo Governo do Distrito Federal tendo em vista que para a sua operacionalização e implementação faz-se necessária uma força tarefa que envolve várias Secretarias de Estado do Distrito Federal e a CODEPLAN, responsável pela Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

1.2.2. ANÁLISE

35. *Assiste razão à SEEDF em relação ao possível envolvimento de várias secretarias de estado do DF na execução do processo de busca ativa.*

36. *A recomendação do item III.a.2 da Decisão nº 1.468/2018 foi direcionada ao Governador do DF, com auxílio da Secretaria de Educação.*

37. *Entretanto, não foi apresentada nenhuma evidência de que esteja efetivamente ocorrendo ações de busca ativa, nos termos recomendados pela decisão. Assim, propõe-se considerar não cumprida essa recomendação, bem como reiterar a recomendação do item III.a.2 ao governo do DF.*

1.3. SOBRE O ITEM III.b DA DECISÃO Nº 1.486/2018

III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: [...] **b)** quanto às ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em **creches** às crianças com idade entre 0 e 3 anos;

1.3.1. DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO AUDITADO

38. *Sobre as ações adicionais para corrigir o deficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches, relativa ao item III.b da Decisão nº 1.486/18, a SEEDF prestou as seguintes informações, consignadas no Anexo I do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (Peça 121):*

12) Em 2016, a Secretaria de Estado de Educação criou um manual com objetivo de normatizar e padronizar os procedimentos referentes à ocupação de vagas na Educação Infantil-etapa Creche em unidades escolares da rede pública e em Instituições Educacionais Parceiras conveniadas, disponível no sítio desta Secretaria (http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/manual_de_creche.pdf), com as diretrizes gerais, os critérios sociais de prioridade de atendimento, bem como os procedimentos de inscrição, classificação/inscrição e encaminhamento dos candidatos inscritos no Cadastro de Solicitação de Vagas. Cabe informar que ao citado manual contou a participação das áreas técnicas desta Secretaria além do Conselho de Assistência Social (CAS), Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PROEDUC) do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Comissão de Educação, Saúde e Cultura (CESC) da Câmara Legislativa do Distrito

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Federal (CLDF) e Conselho Tutelar de Ceilândia Sul (CT).

13) Em 2018, as metas de atendimento de várias Instituições Educacionais Parceiras foram alteradas no intuito de aumentar a capacidade de atendimento da faixa etária de 4 meses a 3 anos de idade. Os esforços envidados por esta Pasta em inserir o direito educacional da primeira infância como parte do processo de educação básica têm sido intensos no intuito de cumprir a finalidade de desenvolvimento integral da criança de forma a livrar as ações precárias de amparo social que o caracterizaram por décadas.

39. A SEEDF apresentou tabela com a evolução da oferta educacional da Educação Infantil - etapa Creche, segundo dados do Censo Escolar, em unidades escolares da rede pública de ensino do Distrito Federal e das Instituições Educacionais Parceiras conveniadas nos anos de 2015 a 2017. Reproduz-se, a seguir, a informação apresentada, acrescida dos dados do censo escolar de 2018:

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE			
ANO	PUBLICA	PARCEIRA	TOTAL
2015	568	8.756	9.324
2016	498	10.576	11.074
2017	637	11.199	11.836
2018	710	14.275	14.985

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB e Censo Escolar de 2018.

40. Quanto ao acréscimo de unidades escolares para atendimento em creche, a SEEDF informou, por meio do Ofício SEI-GDF nº 742/2018SEE/GAB (peça 121, Anexo I), que, para o ano letivo de 2018, estavam previstas as entregas de 2 CEPI (um em Samambaia, o outro em Sobradinho) para atendimento dessa etapa da Educação Infantil, totalizando uma ampliação de 300 crianças atendidas.

1.3.2. ANÁLISE

41. Em relação ao atendimento de crianças em creches, a meta 1 do PDE preconiza ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, de forma a atender no mínimo 60% da população de crianças idade entre 0 e 3 anos, sendo no mínimo 5% a cada ano até o final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral.

42. O parâmetro 5% que aparece no texto da meta 1 refere-se à população dessa faixa etária, ou seja, de 0 a 3 anos. O relatório da auditoria operacional para avaliar aspectos da implantação do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

PNE/PDE no Distrito Federal, de março de 2017 (peça 42), no parágrafo 57, indica que, para que o DF atenda ao preconizado pelo PDE para a faixa etária de 0 a 3 anos, seria necessário que, considerando-se o ano de 2016 como base, a cada ano, a oferta fosse ampliada em 9.596 crianças, em relação ao atendimento ocorrido no exercício anterior.

43. Trata-se de um parâmetro populacional que, embora não deva ser considerado um valor exato, mesmo com a queda gradativa na taxa de fecundidade², indica a ordem de grandeza da velocidade de aumento da oferta em educação infantil – creche, de forma a cumprir a meta de atender 60% da população de referência até 2024.

44. A tabela, a seguir, apresenta o incremento de crianças atendidas na rede pública de ensino do DF, tendo por base a oferta de 2015.

EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		
ANO	TOTAL	INCREMENTO SOBRE O EX. ANTERIOR
2015	9.324	-
2016	11.074	1.750
2017	11.836	762
2018	14.985	3.149

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Censo Escolar de 2018 e Censo Escolar de 2019 – preliminar.

45. Constata-se que o requisito de aumentar a oferta em 9.596 crianças em relação ao atendimento ocorrido no exercício anterior contrasta com os incrementos registrados de 2016 a 2018.

46. As ações informadas pela SEEDF se apresentam longe de atender ao que foi prescrito na Meta 1 do PDE em relação ao atendimento de crianças de até 3 anos na educação infantil – creche da rede pública de ensino do Distrito Federal.

47. Por outro lado, é forçoso reconhecer que o número de matrículas neste segmento vem apresentando crescimento. No segundo semestre de 2019 a oferta educacional para a faixa etária de 0 a 3 anos foi ampliada em 787³ novos atendimentos.

48. Assim, tendo em vista que a SEEDF apresentou ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos, sugere-se considerar cumprida a recomendação do item III.b da Decisão nº 1.486/18.

² <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/29/populacao-do-df-cai-21-em-1-ano-e-fica-abaixo-dos-3-milhoes-entenda-as-razoes.ghtml>, consultado em 19.08.2019.

³ <http://www.se.df.gov.br/novas-creches-marcam-volta-as-aulas-na-rede-publica-de-ensino/>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

49. Entretanto, tendo em vista que as ações noticiadas não asseguram o atingimento da meta do PDE, sugere-se alertar a SEEDF para a necessidade de ampliar a oferta para educação infantil – creche, de forma a dar cumprimento dessa parte da Meta 1 do Plano Distrital de Educação.

1.4. SOBRE O ITEM III.c DA DECISÃO Nº 1.486/2018

Decisão nº 1.486/2018, item III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: [...] **c)** quanto às medidas complementares que pretende adotar para ampliar a oferta de educação **em tempo integral**, tais como as elencadas nas estratégias correspondentes à Meta 6, cujo rol integra o Anexo I do Plano Distrital de Educação – PDE, inclusive para contemplar as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;

1.4.1. DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO AUDITADO

50. A SEEDF apresentou manifestações quanto a esse item por meio do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121).

51. Quanto às medidas complementares para ampliar a oferta de educação em tempo integral, a SEE/DF informou ter instituído, desde 2013, o Programa Educador Social Voluntário – ESV⁴, que disponibiliza às unidades escolares monitores voluntários para subsidiar atividades curriculares complementares, por ocasião da oferta da educação em tempo integral. Além disso, informou que:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, fl. 2

7. As 14 Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF, contam com o suporte do ESV, supramencionado, e oferecem aos estudantes atendimento de 8h ou 10h de jornada diária, por meio de atividades de Educação em Tempo Integral, em 358 Unidades Escolares, contemplando um total de 57.398 estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio.

8. Além do atendimento nas Escolas Parques da SEEDF, as Unidades Escolares que ofertam Educação em Tempo Integral também participam de projetos e atividades em equipamentos públicos, tais como: Parque Educador, Projeto Virada do Cerrado, Cultura Educa, Clube do Choro, Concertos Didáticos – Sessões de Orquestra Sinfônica, Festivalzinho, SESC Cidadania entre outras atividades como as de oficinas de dança, futebol, judô, pintura, banda, etc.

⁴ Portaria SEE no 22, de 02 de fevereiro de 2018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Ademais, recebem acompanhamento pedagógico de língua portuguesa e matemática.

9. Cabe pontuar, ainda, que em 2018 as Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral passaram a receber o recurso do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF – em dobro, para cada estudante inserido no atendimento ampliado em 8h ou 10h diárias.

10. Em referência à ampliação da oferta de educação em tempo integral, destaca-se a implantação do Programa de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI, resultante da adesão do Governo do Distrito Federal ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ministério da Educação. Detalhamento das ações de implantação do EMTI, constam do documento elaborado pela Gerência de Integração Curricular com a Educação Profissional – GIEP, Anexo II. (Grifos no original)

52. Por meio do Anexo II do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121), a SEEDF informou a adesão do Distrito Federal ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ministério da Educação.

53. Quanto aos efeitos da adesão a esse programa, a SEEDF informou que:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.12)

A adesão do Distrito Federal ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do Ministério da Educação tem impulsionado as ações voltadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de forma a atender as metas 3, 6, 7 e 19 do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n.º 13.005/2014, e a meta 6 do Plano Distrital de Educação - PDE, Lei n.º 5.499/2015, no que tange à ampliação da oferta de educação em tempo integral. Tem-se, assim, que o atendimento proposto para o ensino médio está em consonância com as metas e estratégias do Plano Distrital de Educação - PDE.

Em 2017, 05 (cinco) Unidades Escolares de Ensino Médio ofertaram educação em tempo integral a 1.123 estudantes.

No ano letivo de 2018, a oferta foi ampliada a 12 (doze) Unidades Escolares com atendimento a 2.855 estudantes.

54. Quanto ao amparo legal desse programa, a SEEDF informou que:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.13)

*A Equipe de Implantação e Acompanhamento do Programa EMTI colaborou com a edição da Lei n.º 6.036, de 21 de dezembro de 2017, que instituiu o Programa Ensino Médio em Tempo Integral no Distrito Federal. Elaborou e teve aprovado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal o documento: **Diretrizes Pedagógicas e Operacionais para a Educação em Tempo Integral e Matriz Curricular.***

Documento que contém as orientações para a oferta da Educação em Tempo Integral nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

55. Sobre a Matriz Curricular cabe destacar que:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.13)

a) a matriz de formação geral - Base Comum se manteve inalterada.

b) a PARTE FLEXÍVEL da Matriz exigida pelo Programa, será executada em três períodos, constituída por 15 horas-aula, sendo 3 horas-aula de matemática, 2 horas-aula de português, 7 horas-aula de PROJETOS/ OFICINAS, conforme planejamento de cada escola e 3 horas-aula para formação de hábitos.

Obs. Essa distribuição só é diferente para as escolas EMI - Ensino Médio Integrado, porque a carga horária que diz respeito à parte flexível é contemplada com a matriz de formação profissional.

56. Noticiou a realização, em novembro de 2017, do “Seminário: Perspectivas e Proposições para a Educação Integral: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio - Desafios e Avanços” e o trabalho de formação continuada para os docentes com atuação no ensino médio com a temática: “O mundo Mudou e o Estudante Também!”, executado a partir do segundo semestre de 2017.

57. Informou que, em relação à Estratégia de Matrícula de 2018, foram informadas as unidades escolares e as séries que participam do Programa EMTI.

58. Indicou que o Ensino Médio em Tempo Integral foi inserido nos seguintes normativos:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.14)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

a) **Portaria de Distribuição de Carga Horária**, na qual assegurou 12 (doze) Coordenadores Pedagógicos para atuarem no Programa EMTI e, cerca de 86 (oitenta e seis) professores de 20 (vinte) horas para atuarem nos Projetos pedagógicos da parte flexível;

b) **Portaria do Educador Social Voluntário**, que prevê a atuação de voluntários no ambiente escolar dando suporte e auxiliando no atendimento educacional e previu aproximadamente 107 (cento e sete) Educadores; e

c) **Portaria de Aptidão**, que selecionara docentes com competências e habilidades específicas para determinados projetos e oficinas.

59. Informou, ainda, o desenvolvimento das seguintes ações:

a) A área pedagógica tem promovido visitas sistemáticas de acompanhamento nas Unidades Escolares participantes do Programa EMTI estabelecendo um contato direto com as diferentes realidades e sua interlocução com os setores técnicos da Secretaria de Educação;

b) A Equipe do EMTI participou da divulgação da Formação Continuada prevista no termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Educação do Distrito Federal e o SEBRAE que tem como objetivo oferecer formação aos docentes da Educação Básica com vistas ao fomento do desenvolvimento de capacidades empreendedoras dos estudantes da rede pública de Ensino do DF.

60. Também prestou informações sobre o aporte financeiro do Programa EMTI.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fls.14/15)

O aporte financeiro do Programa EMTI é repassado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) por meio de transferência direta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. O Programa EMTI prevê um repasse, por um período de até dez anos a partir do ano de adesão, como estabelece a Portaria MEC nº 727/2017.

O valor do apoio financeiro será calculado considerando o número de matrículas no ensino médio em tempo integral nas escolas participantes do Programa EMTI, tomando-se por base R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por matrícula, conforme a seguinte fórmula: $VA = (NAETI \times R\$ 2.000,00)$, onde

VA = valor anual do repasse (para cada SEE); e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

NAETI = número total de alunos do ensino médio em tempo integral atendidos pelo Programa.

61. Segundo a SEEDF, teriam sido repassados àquela Secretaria R\$ 8.730.237,23 para implantação do Programa EMTI no ano de 2017. Os valores despendidos com aquisição de mobiliários e equipamentos para as Unidades Escolares naquele exercício teriam montado a R\$ 319.898,40.

62. Relatou, ainda, os valores adicionais que teriam sido repassados às escolas pelo PDAF.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.15)

As Unidades Escolares participantes do Programa EMTI receberam um acréscimo nos valores repassados pelo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira Administrativa - PDAF, em conformidade com a Portaria n.º 134/2012. O valor adicional nos anos de 2017 e 2018, até a presente data, atingiu o montante de R\$ 2.713.411,16 (dois milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e onze reais e dezesseis centavos), [...].

63. Para mais detalhes sobre os valores adicionais que teriam sido repassados às escolas pelo PDAF para as escolas participantes do Programa EMTI, remete-se ao Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fls.15 a 21).

64. Declarou que, no ano de 2017, foram adquiridos mobiliários e equipamentos para as Unidades Escolares participantes do Programa EMTI no valor total de R\$ 319.898,40.

65. Quanto à necessidade de melhoria da infraestrutura das escolas participantes do EMTI, informou que:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.21)

Foram realizadas vistorias técnicas em conjunto com a Subsecretaria de Infraestrutura e Apoio Educacional - SIAE para o levantamento das condições físicas dos ambientes escolares e as necessidades de adaptações dos espaços coletivos para atendimento das demandas do Programa EMTI.

66. Elencou, ainda, as prioridades para adequações de unidades de ensino a serem executadas com recursos próprios da SEEDF.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl.22)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Modernização da Rede Elétrica;

Cozinha / Casa de Gás / Depósito de Gêneros / Refeitório;

Banheiros / Vestiários (com chuveiros);

Salas de aula / Espaços Multiuso / Laboratórios / Biblioteca

Sala de Recursos;

Acessibilidade;

Outros Ambientes.

67. Relacionou as unidades de ensino com execução de serviços de manutenção em andamento: CEM 01 Brazlândia, CED Incra 08, CEMI do Gama, CEM JK, CED Taquara, CED Lago, CED LAN; CED 01 Cruzeiro, CEM EIT, CEM TN e CEM 03. Relativamente ao CED 07, informou-se que a execução de serviços de manutenção teria sido concluída.

68. Para mais detalhes sobre o tipo de serviço de manutenção em andamento nas escolas participantes do Programa EMTI, remete-se ao Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fls.22 a 23).

69. Relacionou as demandas atendidas ou em atendimento por meio dos contratos de manutenção predial, com informações de 20.06.18, para as seguintes unidades de ensino participantes do Programa EMTI: CED 01 do Cruzeiro, CED LAN, CED Taquara, CED Incra 08, CEMI do Gama, CEM 03 de Taguatinga, CED 07 de Taguatinga, CEM Taguatinga Norte, CEM EIT Taguatinga, CEM JK Candangolândia e CEM 01 Brazlândia.

70. Para mais detalhes sobre os tipos de serviço de demandas atendidas ou em atendimento por meio dos contratos de manutenção predial nas escolas participantes do Programa EMTI, remete-se ao Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fls.24 a 25).

71. Por fim, apresentou plano de ação para implantação do Programa EMTI, com data prevista de conclusão em julho de 2019 (peça 121, Anexo II, fl.24 a 25). Reproduz-se, a seguir, o plano de ação apresentado.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fls.24 a 25)

Determinações de recomendações do TCDF (itens da decisão)	Medidas a serem adotadas para cumprimento das proposições (Ações)	Data prevista para a implementação
--	--	---



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

<i>I.a) ampliação da oferta do ensino médio em tempo integral</i>	<i>a.1) adesão do GDF/SEEDF ao Programa de Fomento para as escolas de Ensino Médio em Tempo Integral do MEC</i>	<i>Novembro de 2016</i>
	<i>a.2) adesão de 13 Unidades escolares ao Programa - EMTI.</i>	<i>Dezembro de 2016</i>
	<i>a.3) implantação do Programa em 05 Unidades escolares.</i>	<i>Fevereiro de 2017</i>
	<i>a.4) implantação do Programa em 12 Unidades escolares.</i>	<i>Janeiro de 2018</i>
<i>I.b) quanto aos marcos legais</i>	<i>b.1) edição da Lei n.º 6.036 de 21 de dezembro de 2017 que instituiu o Programa de Ensino Médio em Tempo Integral no DF.</i>	<i>Dezembro de 2017</i>
	<i>b.2) aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação em Tempo Integral.</i>	
	<i>b.3) elaboração do Guia Pedagógico.</i>	
	<i>b.4) elaboração de decretos, portarias, chamamento público e outros.</i>	
<i>I.c) quanto à estrutura, manutenção e texto de recomendação.</i>	<i>c.1) realização de Seminário com abordagem no Ensino Médio em tempo integral</i>	<i>Novembro de 2017</i>
	<i>c.2) Cursos de formação para os docentes das UEs do EMTI.</i>	<i>2º Semestre de 2017</i>
	<i>c.3) reuniões pedagógicas envolvendo CREs e UEs – EMTI.</i>	<i>2017 e 2018</i>
	<i>c.4) visitas de levantamento para as adequações físicas.</i>	
	<i>c.5) obras de reformas, adaptações nas UEs - EMTI</i>	
	<i>c.6) aquisição de equipamentos e materiais solicitados.</i>	
	<i>c.7) repasse de verbas do PDAF considerando EMTI</i>	

72. Por fim, apresentou cronograma aplicável às medidas cujo prazo de execução ultrapasse 180 dias.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl. 25)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

AÇÃO	METAS	DATAS PARCIAIS
a.8) a.9) a.10)	Meta 1: realizar 2º Seminário com abordagem no Ensino Médio em Tempo Integral. Meta 2: Edição do Guia Pedagógico Edição do Guia de Boas Práticas Edição de Revista Eletrônica	2º Semestre de 2018
	Meta: Chamamento Público para formação de docentes EMTI.	
	Meta 3: Monitoramento e Avaliação do Programa	Anualmente
a.12)	Meta 1: concluir as obras de reforma e adaptações.	1º Semestre de 2019
a.13)	Meta 1: Concluir 100% dos processos licitatórios iniciados no ano de 2017. Meta 2: Concluir a elaboração dos Termos de Referência voltados à aquisição dos materiais solicitados pelas Unidades Escolares participantes do Programa EMTI.	Setembro de 2018
	Meta 3: Concluir 100% dos processos licitatórios iniciados no ano de 2018.	Julho de 2019

1.4.2. ANÁLISE

73. Destaca-se, preliminarmente, que o cronograma do plano de ação do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121, Anexo II, fl. 25) está vencido, tendo em vista que a última ação do plano está prevista para conclusão em julho de 2019. Não obstante, sugere-se considerar atendida a recomendação constante do item III.c da Decisão nº 1.486/2018, pelas razões adiante expostas.

74. A meta 6 do PDE preconiza oferecer educação integral em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.

75. Além dos dados apresentados, recorre-se a outras análises para avaliar se as ações empreendidas pela SEEDF para aumentar a oferta de educação integral em tempo integral de acordo com intento de atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica até o último ano de vigência do PDE.

76. Usou-se, para isso, informações das sinopses estatísticas do INEP e, em relação à educação infantil, das do censo escolar do DF.

77. Ressalte-se que as informações das sinopses estatísticas do INEP não permitem comparar a quantidade de alunos da educação infantil atendidos na educação em tempo integral com as atendidas em tempo parcial, pois todo o atendimento à educação infantil realizado nas unidades escolares parceiras da SEEDF aparece misturado ao atendimento de creches particulares não conveniadas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

com a SEEDF, sob o título “Privada”.

78. Entretanto, foi obtido junto a SEEDF, por meio do Ofício nº 15/2019 – SEMAG (peça 131), informações dos Censos Escolares de 2016 a 2018 da Educação Infantil, segregado pelas categorias “integral” e “parcial”, e por “creche” e “pré-escola”.

79. Apresenta-se, a seguir, informações sobre o atendimento em educação em tempo integral na rede pública de ensino do DF, em relação ao ensino básico.

SINOPSE	ENSINO BÁSICO											
	EDUCAÇÃO INFANTIL *				ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO		TOTAL INTEGRAL NO EXERCÍCIO	TOTAL PARCIAL NO EXERCÍCIO
	CRECHE		PRÉ-ESCOLA		ANOS INICIAIS		ANOS FINAIS					
	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL	INTEGRAL	PARCIAL		
2016	10.625	592	6.388	36.895	11.143	137.405	9.534	123.080	1.134	78.574	38.824	376.546
2017	11.687	793	6.224	40.048	13.372	137.007	9.747	120.239	1.239	78.645	42.269	376.732
2018	14.627	774	5.035	41.933	13.432	136.583	7.125	120.170	3.010	77.638	43.229	377.098

Fonte: Sinopses estatísticas do INEP e Censos Escolares dos anos 2016 a 2018.

80. Por oportuno, apresenta-se, a seguir, o incremento percentual anual do atendimento em educação integral em tempo integral de 2016 a 2018, considerando todas etapas do ensino básico (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio).

EXERCÍCIO	TOTAL INTEGRAL NO EXERCÍCIO	INCREMENTO %
2016	38.824	
2017	42.269	9%
2018	43.229	2%

81. A informação do parágrafo 7 do Ofício SEI-GDF nº 742/2018SEE/GAB (peça 121) de que 358 Unidades Escolares oferecem aos estudantes atendimento de 8h ou 10h de jornada diária, por meio de atividades de Educação em Tempo Integral a 57.398 estudantes matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino Médio não parece ter sido captada pelo INEP, tendo em vista as informações das sinopses estatísticas do INEP e, em relação à educação infantil, dos Censos Escolares do DF de 2016 a 2018.

82. Para avaliar a meta de atender 33% dos estudantes na modalidade educação integral em tempo integral, apresenta-se o percentual de aumento da oferta, de 2016 a 2018.

EXERCÍCIO	TOTAL INTEGRAL NO EXERCÍCIO	TOTAL PARCIAL NO EXERCÍCIO	% INTEGRAL
2016	38.824	376.546	9,3%
2017	42.269	376.732	10,1%
2018	43.229	377.098	10,3%

83. Verifica-se, passados quase quatro anos de edição do PDE,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

que o DF não conseguiu aumentar de forma significativa o atendimento em educação integral em tempo integral na rede pública de ensino do DF.

84. Mantido esse ritmo no aumento da oferta de educação integral em tempo integral, o DF não atingirá a meta de atender 33% dos estudantes nessa modalidade de ensino ao final do PDE, em 2024.

85. Para atender à meta 6 até 2024, o DF deve acelerar o aumento da oferta de educação integral em tempo integral na rede pública de ensino do DF.

86. Assim, tendo em vista que a SEEDF elencou diversas medidas que pretende adotar para ampliar a oferta de educação em tempo integral, pugna-se pelo cumprimento da recomendação constante no item III.c da Decisão nº 1486/2018.

87. Entretanto, as medidas apresentadas não são suficientes para garantir o cumprimento do percentual de atendimento em educação integral em tempo integral previsto no PDE.

88. Por essa razão, sugere-se alertar a SEEDF para a necessidade de ampliar o atendimento em educação integral em tempo integral, de forma a garantir o atendimento da meta prevista no Plano Distrital de Educação.

1.5. SOBRE O ITEM III.d DA DECISÃO Nº 1486/2018

Decisão nº 1.486/2018, item III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noveenta) dias, as seguintes informações: **d)** sobre o cronograma com metas e prazos para assegurar a observância de parâmetros apropriados para formação de turmas, segundo o preconizado na Conferência Nacional de Educação 2014, tendo em vista as distorções apontadas pela auditoria;

1.5.1. DAS INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELO AUDITADO

89. A SEEDF disponibilizou informações quanto ao item III.d da Decisão nº 1.486/2018, por meio do meio do Ofício SEI-GDF nº 742/2018SEE/GAB (peça 121), e complementou as informações sobre esse item por meio do Ofício SEI-GDF nº 1425/2018 - SEE/GAB (peça 127).

90. Quanto ao cronograma com metas e prazos para observar parâmetros apropriados para formação de turma, a SEEDF apresentou as seguintes informações:

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, fl. 2 e 3



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

11. Ressalta-se que a Conferência Nacional de Educação de 2014 (CONAE), resultou na indicação de uma modulação ideal de estudantes por turmas para a pré-escola: 15 estudantes, no ensino fundamental: 20 estudantes e no Ensino Médio: 25 estudantes.

12. Neste aspecto, o Plano Distrital de Educação (PDE), elaborado em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelece que as metas e estratégias sejam cumpridas no prazo de 10 anos. O Plano Distrital de Educação foi construído a partir da ampla participação da comunidade escolar, de representantes da sociedade civil e do poder público, de forma a elaborar metas e estratégias compatíveis com a realidade de educação pública do Distrito Federal. Em sua estratégia 18.3, o PDE estabelece: 18.3 – Implantar, em consonância com a meta de incremento dos recursos públicos na educação pública, a gradativa relação professor-aluno por etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino (urbana e rural), considerando as seguintes diretrizes: a) educação infantil de 0 a 2 anos: 6 a 8 crianças por professor; b) educação infantil de 3 anos: até 15 crianças por professor; c) educação infantil de 4 a 5 anos: até 15 crianças por professor; d) anos iniciais: 20 estudantes por professor; e) anos finais: 25 estudantes por professor; f) ensino médio: 30 estudantes por professor; g) EJA – primeiro segmento: 15 estudantes; h) EJA – segundo e terceiro segmentos: 30 estudantes.

13. Dessa forma, esclarecemos que o quantitativo de estudantes preconizados pela CONAE 2014 é medido apenas por etapas. O PDE, por sua vez, apresenta aspectos diferenciados quanto à modulação na educação infantil e no ensino fundamental, pois contempla as especificidades e características das etapas e subetapas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

14. Nesse sentido, a Estratégia de Matrícula é o instrumento norteador que possibilita a esta Secretaria de Estado de Educação, anualmente, planejar e alcançar a modulação pretendida pelo PDE. Outro fator que contribui para uma sala de aula adequada aos parâmetros estabelecidos é o número de estudantes com necessidades educacionais especiais que frequentam a educação básica. Conforme o Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento do PNE 2018, o Distrito Federal tem o maior percentual de atendimento inclusivo (90,4%) em relação às outras unidades da federação. Assim, a Estratégia de Matrículas prevê a redução de estudantes nas turmas em que há a inclusão.

15. Ressalte-se que consta no Plano de Obra quadrianual



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

desta Secretaria de Estado de Educação as obras de construção civil destinadas à ampliação da oferta de unidades de ensino, considerando as prioridades definidas pelo Titular da Pasta e pelas Coordenações Regionais de Ensino, as necessidades emergenciais, as demandas reprimidas e os recursos orçamentários disponíveis.

(Sem grifos no original)

91. Quanto aos parâmetros para formação de turma, noticiou-se que a Estratégia de Matrícula 2018 estabelece, nos seus itens 3.5.3 e 3.5.4, o quantitativo mínimo e máximo de estudantes a serem considerados para a formação de turmas da Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) nas unidades escolares que compõem a rede pública de ensino do Distrito Federal.

92. A tabela, a seguir, reproduz a informação apresentada pela SEEDF quanto aos limites dos tamanhos das turmas na Educação Básica definidos pela Estratégia de Matrícula 2018:

	ENSINO FUNDAMENTAL									ENSINO MÉDIO		
	ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS						
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
MÍNIMO	20	20	24	26	26	26	28	28	30	30	30	30
MÁXIMO	26	26	28	30	30	32	32	32	32	38	38	38

Fonte: Anexo I do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121).

93. Tendo por fonte o Censo Escolar 2017, a SEEDF informou que turmas do 6º ano em Brazlândia, do 9º ano em Ceilândia, do 8º ano no Guará e no Núcleo Bandeirante, do 7º e 9º anos no Paranoá, do 8º e 9º anos em Samambaia, do 6º, 7º, 8º e 9º anos em Santa Maria, do 6º, 7º, 8º e 9º anos e da 1ª, 2ª e 3ª séries em São Sebastião estão com a capacidade acima do previsto pela Estratégia de Matrícula.

94. A esse respeito, a SEEDF informa que “envidará esforços para sanear a situação”.

95. A SEEDF informa que o Plano Distrital de Educação prevê que, até 2024, o quantitativo de estudantes a serem considerados para a formação de turmas da Educação Básica nas unidades escolares que compõem a rede pública de ensino do Distrito Federal deve atender a seguinte disposição:

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA	ENSINO FUNDAMENTAL									ENSINO MÉDIO		
	ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS						
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
	20	20	20	20	20	25	25	25	25	30	30	30

Fonte: Anexo I do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

96. Em seguida, detalha o número de turmas, adicionais em relação à oferta atual, que seriam necessárias caso a implantação do quantitativo de estudantes proposto no Plano Distrital de Educação fosse de execução imediata, isto é, para o ano letivo de 2018, detalhado por CRE, conforme tabela a seguir:

CRE	TURMAS ADICIONAIS			
	ANO		SÉRIE	TOTAL POR CRE
	1º ao 5º	6º ao 9ª	1ª a 3ª	
BRAZLÂNDIA	8	24	2	34
CEILÂNDIA	11	25	16	52
GAMA	0	14	8	22
GUARÁ	18	25	13	56
NÚCLEO BANDEIRANTE	22	24	0	46
PARANOÁ	17	29	16	62
PLANALTINA	13	21	11	45
PP/CRUZEIRO	1	8	13	22
RECANTO DAS EMAS	19	17	1	37
SAMAMBAIA	12	29	18	59
SANTA MARIA	12	34	4	50
SÃO SEBASTIÃO	33	59	32	124
SOBRADINHO	5	23	12	40
TAGUATINGA	6	16	22	44
TOTAL	177	348	168	693

Fonte: Anexo I do Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB (peça 121).

97. Por fim, elenca obstáculos que a SEEDF enfrenta para incrementar o número de unidades escolares para atendimento das crianças com 4 e 5 anos.

Ofício SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, Anexo I, fl. 10

23) Salienta-se, ainda, que em algumas Regiões Administrativas não há como expandir as unidades escolares públicas já existentes e, tampouco, existem terrenos públicos para construção de uma unidade escolar com toda a aparelhagem obrigatória para o atendimento com qualidade, eficiência e respeito aos usuários dessa política pública, podendo ser citados as seguintes localidades: Riacho Fundo II, Ceilândia (Por - do - Sol, Sol Nascente), Paranoá, Itapoá, São Sebastião, Recanto das Emas e Planaltina.

98. Na complementação da resposta sobre o item III.d da Decisão nº 1.486/18, por meio do Ofício SEI-GDF Nº 1425/2018 - SEE/GAB


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

(peça 127), a SEEDF apresentou tabela com a necessidade de construção de unidades educacionais, para adequar a rede pública de ensino ao estabelecido pelo PDE.

99. Reproduz-se, a seguir a tabela apresentada:

NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO			
CRE	ESCOLA CLASSE	CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL	CENTRO EDUCACIONAL
BRAZLÂNDIA	1	1	0
CEILÂNDIA	1	1	1
GAMA	0	1	0
GUARÁ	1	1	1
NÚCLEO BANDEIRANTE	1	1	0
PARANOÁ	1	1	1
PLANALTINA	1	1	1
PP/CRUZEIRO	0	1	1
RECANTO DAS EMAS	1	1	0
SAMAMBAIA	1	1	1
SANTA MARIA	1	1	0
SÃO SEBASTIÃO	2	2	1
SOBRADINHO	1	1	1
TAGUATINGA	1	1	1
TOTAL	13	15	9

Fonte: Ofício SEI-GDF N° 1425/2018 - SEE/GAB (peça 127).

100. A SEEDF informou, também, sobre o quantitativo de salas e turmas a serem ampliadas em unidades educacionais, reproduzido a seguir.

UNIDADE ESCOLAR	Nº DE SALAS	Nº DE TURMAS
ESCOLA CLASSE	8	16
CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL	16	32
CENTRO EDUCACIONAL	20	40

Fonte: Ofício SEI-GDF N° 1425/2018 - SEE/GAB (peça 127).

101. E acrescentou:

Ofício SEI-GDF n° 1425/2018-SEE/GAB, fl. 4

12. A Coordenação de Infraestrutura (COINF) elaborou planilha, **Anexo 1 - SEI-GDF n° 13410828**, contendo as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

construções a curto, médio e longo prazo, tendo em vista que a modulação preconizada pelo Plano Distrital de Educação é para ser atendida até o fim da vigência do mesmo, ou seja, até 2024. Após isso, a Coordenação de Gestão de Pessoas incluiu a necessidade de servidores para o pleno atendimento e funcionamento dessas novas construções.

102. Por oportuno, reproduz-se, a seguir, as citadas planilhas do citado Anexo 1 - SEI- GDF nº 13410828, elencando a disponibilidade imediata e a planejada para ser disponível no curto, no médio e no longo prazos:

ATENDIMENTO IMEDIATO					Análise SUGEP 24-09-2018	
Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Educação Subsecretária de Infraestrutura e Apoio Educacional Coordenação de Infraestrutura						
AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF						
Modalidade de Ensino	Obra	Endereço	Região Administrativa	Quantidade de Salas de		Carreira Magistério
Educação Infantil	Construção de CEPI	QR 204, Conjunto 16, Lote 01	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QS 617 - Área Especial 02	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QS 415, Área Especial	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QR 208, Conjunto 19, Lote 01	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	Incra 06	Brazlândia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	AR 03, Lote 03	Sobradinho II	8	16	12
RESUMO						
Educação Infantil - total:				48	96	72

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB (peça 127).

ATENDIMENTO CURTO PRAZO					Análise SUGEP 24-09-2018	
Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Educação Subsecretária de Infraestrutura e Apoio Educacional Coordenação de Infraestrutura						
AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF						
Modalidade de Ensino	Obra	Endereço	Região Administrativa	Quantidade de Salas de Aula	Carreira Magistério	Carreira Assistência
Ensino Fundamental	Ampliação de salas de aula no CEF 01 de Planaltina	Sector Educacional, Lote M	Planaltina	6	14	12
Ensino Fundamental	Reconstrução do CEF Vila Planalto	Av. <u>Pacheco</u> Fernandes, AE - Vila Planalto	Brasília	12	24	21
Educação Infantil	Construção de CEPI	CA 02	Lago Norte	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QS 607, Área Especial 01	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QN 425, Área Especial 02	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	QS 409, Área Especial 03	Samambaia	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEPI	EQNP 06/10-Sector P Sul	Ceilândia	8	16	12
Ensino Profissionalizante	Construção de Escola Técnica	QUADRA 34 AE 04 VILA SÃO JOSÉ	Brazlândia	12		
RESUMO						
Educação Infantil - total:				40	80	60
Ensino Fundamental - total:				18	38	33
Ensino Médio - total:				12	0	0

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB (peça 127).

ATENDIMENTO MÉDIO PRAZO					Análise SUGEP 24-09-2018	
Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Educação Subsecretária de Infraestrutura e Apoio Educacional Coordenação de Infraestrutura						
AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF						
Modalidade de Ensino	Obra	Endereço	Região Administrativa	Quantidade de Salas de Aula	Carreira Magistério	Carreira Assistência
Educação Infantil	Construção de CEPI	na Rua 18, Lote 01 - Vila Telebrasil	Brasília	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	EQ 01/02 - setor Norte	Gama	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	Sector Habitacional Por do Sol EQ 500/700	Ceilândia	10	20	15



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Educação Infantil	Construção de CEPI	Setor J Norte, AE 18, (CED 05 Taguatinga)	Taguatinga	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEI	QN 12A, Conjunto 09, Lote 01	Riacho Fundo II	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	SRJA EQ 17/19, Área Especial	Guará II	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	EQ 215/315, Lote B (CAIC Santa Maria)	Santa Maria	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	Quadra 109, Conjunto 07, Lote 01	Recanto das Emas	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	QNO 18, Conjunto B, Lote 01 (CED 15 de Ceilândia)	Ceilândia	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	EQNL 09/11, Lote 01	Taguatinga	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	QD 23, AE 06	Planaltina	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	Rua Primavera, Lote 46, Vila DVO	Gama	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	QNP 11, Área Especial	Ceilândia	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	EQNP 08/12, Área Especial	Ceilândia	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	Subcentro Oeste, Quadra 217, Lote 02	Samambaia	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	CL 201, Lote 01 -A (CEF 201)	Santa Maria	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEPI	Quadra 112, Conjunto 5-A	Recanto das Emas	10	20	15
Ensino Fundamental	Construção de CEF	QS 03, Conjunto 09, Lote 01	Riacho Fundo II	15	30	24
Ensino Profissionalizante	Construção de Escola Técnica	Quadra 01, Conjunto A, AE 01	Paranoá	12		
Ensino Profissionalizante	Construção de Escola Técnica	QR 119, Conjunto "A", Lt. 01	Santa Maria	12		
RESUMO						
Educação Infantil - total:				170	340	255
Ensino Fundamental - total:				15	30	24
Ensino Médio - total:				24	0	0

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB (peça 127).

ATENDIMENTO LONGO PRAZO					Análise SUGEP 24-09-2018	
Governo do Distrito Federal Secretaria de Estado de Educação Subsecretária de Infraestrutura e Apoio Educacional Coordenação de Infraestrutura						
AMPLIAÇÃO DE SALAS DE AULA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF						
Modalidade de Ensino	Obra	Endereço	Região Administrativa	Quantidade de Salas de	Carreira Magistério	Carreira Assistência
Ensino Especial	Reconstrução de Centro Educacional	Q06 AE	Sobradinho	Aula 20	40	40
Educação Infantil	Construção de CEI	Entrequadra 1/2 AE 05 - Paranoá Parque	Paranoá	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEI	Avenida Crixá lote 03	São Sebastião	8	16	12
Educação Infantil	Construção de CEI e Creche	Quadra 117 Conjunto 13 Lote 01	Recanto das Emas	17	34	22
Educação Infantil	Construção de CEI	Praça de Atividades 04, lote 03 - A	São Sebastião	8	16	12



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

Educação Infantil	Construção de CEI Itapoã Parque	Avenida Itapoã Parque, Quadra 502 conjunto 01 AE 02	Itapoã	10	20	15
Educação Infantil	Construção de CEI Itapoã Parque	AV. ITAPOÃ PARQUE, QUADRA 301, AE 04	Itapoã	10	20	15
Educação Infantil e Ensino Fundamental	Construção de Jardim de Infância e Escola Classe	Quadra 500 AE 01 Sol Nascente	Ceilândia	16	32	22
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe	PRAÇA DE ATIVIDADES 01, LOTE 01 JARDINS MANGUEIRAL	São Sebastião	15	30	22
Ensino Fundamental	Construção de CEF Mangueiral	PRAÇA DE ATIVIDADES 03, LOTE 01 JARDINS MANGUEIRAL	São Sebastião	11	24	20
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe	RUA 03 LOTE 02 - Crixá	São Sebastião	12	24	18
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe	Avenida Itapoã Parque, Quadra 301, Conj. 02 AE 01	Itapoã	15	30	22
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe	Av. Itapoã Parque QD 502 AE 04	Itapoã	15	30	22
Ensino Fundamental	Construção de CEF	ENTREQUADRA 2/3, ÁREA ESPECIAL 01	Paranoá	15	30	24
Ensino Fundamental	Construção de CEF	Praça de Atividades 05, lote 02 - Jardins Mangueiral	São Sebastião	20	38	26
Ensino Fundamental	Construção de CEF	QNR 1 - AE 3 - CEILÂNDIA NORTE	Ceilândia	12	24	21
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe	QD 303 - AE 34 - CONJUNTO 01 - SETOR OESTE	São Sebastião	6	12	12
Ensino Fundamental	Construção da Escola Classe Casa Grande	MÓDULO 12 MA - CHÁCARA 21, BAIRRO PONTE ALTA	Gama	16	32	22
Ensino Fundamental	Construção de C. Ed.	QN 410, Área Especial 01	Samambaia	18	36	27
Ensino Fundamental	Construção de Escola Classe Itapoã Parque	Av. Itapoã Parque QD 401 AE 03	Itapoã	15	30	22
Ensino Fundamental e Médio	Construção do C. Ed. Casa Grande	MÓDULO 12 MA - CHÁCARA 21, BAIRRO PONTE ALTA	Gama	16	32	24
Ensino Fundamental e Médio	Construção de Centro Educacional	Fazenda Contagem de São João, Gleba 10, Km 123, Núcleo Rural Lago Oeste, Rodovia DF 001	Sobradinho	16	35	24
Ensino Fundamental e Médio	Construção de Centro Educacional	BR-060 - DF-280 KM 09 - A DIREITA	Recanto das Emas	16	35	24
RESUMO						
Educação Infantil - total:				79	158	113
Ensino Fundamental - total:				276	558	415
Ensino Médio - total:						
Ensino Especial - total:				20	40	40

Fonte: Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB (peça 127).

103. A esse respeito, a SEEDF informou não ser necessária a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

inclusão, além daquelas previstas para curto, médio e longo prazos, de mais edificações no Plano de Obras 2019-2022, conforme o parágrafo 13 do Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB (peça 127).

Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB, fl. 4

13. A Diretoria de Planejamento (DIPLAN) informa que, considerando o estudo realizado pela DIOFE, apresentando a quantidade necessária de abertura de turmas/novas escolas, a fim de atingir tal meta do PDE e as edificações em andamento apresentadas pela COINF, após análise dos dados apresentados, as obras em andamento são suficientes para atender à quantidade de turmas por modalidades de ensino apontadas no estudo realizado pela DIOFE. Assim, a DIPLAN entende não haver necessidade de incluir mais edificações no Plano de Obras 2019 - 2022, ora em elaboração. Entretanto, o referido Plano de Obras poderá ser revisto, caso a oferta educacional apresente necessidade.

104. Quanto às políticas públicas tendentes a diminuir a distorção idade-série, a SEEDF informou que:

Ofício SEI-GDF nº 1425/2018-SEE/GAB, fl. 5

14. A Subsecretária de Educação Básica (SUBEB) encaminhou Relatório Pedagógico de Ações, **Anexo 2 - SEI-GDF nº 13410967**, sobre a implementação das políticas públicas desta SEEDF que visam diminuir a distorção idade-série e a retenção escolar, de modo a contribuir para o bom desenvolvimento do fluxo escolar e o pleno atendimento da modulação prevista no Plano Distrital de Educação. (grifos no original)

105. Para acesso ao inteiro teor do citado Relatório Pedagógico de Ações, remete-se às páginas 12 a 16 do Ofício SEI-GDF nº 1425/2018SEE/GAB. Aquele documento aborda aspectos educacionais que pretendem promover redução na distorção idade-série, das quais destacam-se:

a) adoção universal da semestralidade em 2018 no ensino médio;

b) adoção universal, em 2018, da política de ciclos para as aprendizagens na rede pública de ensino;

c) realização de ações de formação em parceria com o Centro de Formação Continuada de Professores - CFORM/UNB, desde 2013, com objetivo de subsidiar os professores do 1º e 2º Blocos do 2º Ciclo do Ensino Fundamental em sua atuação profissional; d) garantia do trabalho dos Centros de Referências do Ensino Fundamental Anos Iniciais - CRAI, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

cada Coordenação Regional de Ensino, por meio do acompanhamento e orientação das suas ações;

e) oferta de cursos de formação pela EAPE e, em 2018, o curso: “Estratégias Didáticas para a Universalização dos Ciclos”;

f) realização de fóruns temáticos para alinhamento das ações e o acompanhamento da universalização do 3º Ciclo com as Regionais de Ensino e visitas a algumas unidades escolares que já haviam implementado a política de ciclos, entre os anos de 2013-2017;

g) elaboração de sugestões de orientações para o preenchimento dos Registros de Acompanhamento e de Avaliação para contemplar as atuais Diretrizes e atender de forma efetiva o acompanhamento das aprendizagens;

h) elaboração de documento com sugestões de alterações do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal com objetivo de sustentar e instituir a política de Ciclos para atender as mudanças na organização do trabalho pedagógico e dos tempos de aprendizagem;

i) abertura, em 2017, de 176 turmas do Programa para Avanço das Aprendizagens Escolares - PAAE do Ensino Fundamental, atendendo o quantitativo de 4.420 estudantes distribuídos por treze Coordenações Regionais de Ensino; j) ampliação do PAAE, em 2018;

k) oferta de formação para os professores que atuam nas turmas do PAAE; e

l) realização de projeto piloto para subsidiar a reelaboração da proposta metodológica de atendimento para correção de fluxo escolar, considerando o fim da vigência do PAAE (2016 - 2018); m) atuação da SEEDF para a assinatura do Memorando de Entendimento, que formaliza a parceria entre o Governo do Distrito Federal e o UNICEF, com vistas a aderir a utilização da plataforma Busca Ativa Escolar e o atendimento aos estudantes de 15 a 17 anos que estão em defasagem escolar;

n) atuação da SEEDF no fomento, com o apoio das Coordenações Regionais de Ensino, da adesão dos estudantes ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA.

1.5.2. ANÁLISE

106. A recomendação do item III.d da Decisão nº 1.486/18 versa sobre o cronograma com metas e prazos para assegurar a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

observância de parâmetros apropriados para formação de turmas, segundo o preconizado na Conferência Nacional de Educação 2014 – CONAE 2014.

107. Cumpre comparar os parâmetros para formação de turmas do PDE, em 2024, com os definidos na CONAE 2014.

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA	EDUCAÇÃO BÁSICA														
	EDUCAÇÃO INFANTIL			ENSINO FUNDAMENTAL										ENSINO MÉDIO	
				ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS						
	0 A 2 ANOS	3 ANOS	PRÉ-ESCOLA	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE
PDE 2024	6 a 8	15	15	20	20	20	20	20	25	25	25	25	30	30	30
CONAE 2014			15	20									25		

Fonte: Ofícios SEI-GDF nº 742/2018 e 1425/2018-SEE/GAB (peças 121 e 127).

108. Verifica-se que os parâmetros para formação de turmas do PDE 2024 é menos ambicioso que os da CONAE 2014 nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

109. O PDE foi instituído pela Lei distrital nº 5.499/2015, enquanto a CONAE 2014 foi regulada pela Portaria nº 1410/12, do Ministério da Educação⁵.

110. A CONAE 2014 objetiva a proposição da política nacional de educação⁶, com enfoque amplo, garantindo a participação da sociedade nas discussões pertinentes à melhoria da educação nacional, com colaboração, inclusive, de profissionais da educação, gestores educacionais, estudantes, conselhos de educação, entre outros.

111. Já o PDE, instituído por Lei, dá um enfoque específico, próprio à realidade local. Segundo o art. 1º, § 1º, da Lei distrital nº 5.499/15, o PDE é instrumento de planejamento, gestão e integração do sistema de ensino do Distrito Federal. Assim sendo, o parâmetro para formação de turmas preconizado pelo PDE em 2024 ganha mais relevância para o DF do que aquele definido pela CONAE 2014.

112. Cumpre, ainda, apresentar um breve resumo sobre as informações apresentadas pela SEEDF:

1. reconhecimento de que existem turmas com lotação maior que o definido na Estratégia de Matrícula 2018;

2. reconhecimento de que a Estratégia da Matrícula atual ainda é menos ambiciosa que os parâmetros para formação de turmas do PDE em 2024;

⁵ Publicada no Diário Oficial da União – DOU no 233, Seção I, de 04.12.12.

⁶ Portaria ME no 1.410/12: “Art. 2º A CONAE 2014 terá como objetivo geral a proposição de política nacional de educação, com a indicação de responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

3. reconhecimento de que existe necessidade de expandir a rede pública de ensino do DF para diminuir a superlotação de turmas;

4. dimensionamento da quantidade de turmas necessárias para atender os parâmetros para formação de turmas do PDE em 2024;

5. dimensionamento da necessidade de construção de escolas para adequar a rede pública de ensino ao estabelecido pelo PDE em 2024;

6. enumeração das escolas para serem construídas no curto, no médio e no longo prazos;

7. afirmação de não serem necessárias mais edificações, além das já previstas no Plano de Obras 2019-2022 da SEEDF.

113. Tendo em vista as informações prestadas pela SEEDF, embora não tenha sido apresentado cronograma com metas e prazos nos moldes recomendados na Decisão do TCDF, as análises e medidas noticiadas apontam para possível solução da questão, caso cumprido o plano de obras previsto para encerrar em 2022, motivo pelo qual pode ser dada como atendida a recomendação do item III.d da Decisão nº 1.486/18, sem prejuízo de futura fiscalização da matéria.

2. QUANTO à REPRESENTAÇÃO 11/2017-GPML

114. A Representação nº 11/2017-GPML (peça 129) noticia possíveis irregularidades ocorridas na SEEDF pela forma escolhida para atender aos alunos residentes em localidades não atendidas por unidades de ensino. Destaca-se, a seguir, os pontos relevantes desse documento.

Representação nº 11/2017-GPML, fls. 3 a 5.

(...)

os deslocamentos estão sendo realizados para áreas **muito distante das residências dos alunos**.

(...)

a contratação de transporte de alunos tem se repetido ao longo dos anos pelo governo para remediar a falta de planejamento e a ausência de investimento adequado no setor educacional, mormente no que se refere à construção e implantação de novas escolas ou ampliação das existentes próximas aos núcleos de adensamento populacional.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

a oferta de ensino nas Regiões Administrativas do Distrito Federal **não observa** método adequado de planejamento capaz de suprir as demandas regionais por meio da disponibilização de vagas em escolas situadas nas proximidades das residências dos alunos. A propósito, conforme dito alhures, esse atendimento **insuficiente** motiva a concessão de meios de locomoção aos estudantes, seja por veículo da SEE/DF, por transporte contratado ou por passe livre estudantil, que na maioria das vezes não se adequa às necessidades do discente.

(...)

uma situação que era para ser excepcional, tornou-se ordinária para o Poder Público. Ao que tudo indica, é mais prático contratar transporte para os alunos do que realizar a devida adequação da rede de ensino distrital em função da nova realidade populacional vivenciada no DF. Não basta somente à Secretaria de Educação do DF definir suas prioridades, traçar seu planejamento e estabelecer seu cronograma de execução, se o Governo do DF não se empenhar nesse desiderato.

(...)

parece claro que não há apenas afronta aos arts. 1º, III, 5º, 6º, 23, V, 37, 205, 208, VII e 227, da Constituição Federal, art. 3º, VI, 19 e 224, da LODF, art. 54, VII, da Lei nº 8.069/1990 e arts. 1º, III e 3º do Decreto nº 23.819/2003, mas sim a patente incompatibilidade dos fatos acima verificados com os princípios da legalidade, eficiência, da dignidade da pessoa humana, da indisponibilidade e supremacia do interesse público e da razoabilidade, demandando, portanto, a atuação desta e. Corte de Contas. (Grifos no original)

115. Destaca-se, dentre as proposições do Parquet de Contas, aquela relativa a procedimento fiscalizatório.

Representação nº 11/2017-GPML, fl.6.

(...)

III – autorize a realização de procedimento fiscalizatório para averiguação da demanda reprimida na educação básica nas diversas regiões administrativas do DF e a consequente necessidade de implantação ou ampliação das unidades de ensino locais a fim de atendê-la;

(...)

116. Cumpre noticiar que este Tribunal, mediante a Decisão nº 591/2018 (peça 130), deliberou pela não realização da fiscalização



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

requerida, e autorizou a juntada de cópia da Representação nº 11/17 – GPML aos Processos nºs 1.306/15-e, 32.417/15-e e 1.889/17-e, para subsidiar as respectivas análises.

117. Cumpre, ainda, informar que a fiscalização a que se refere o item III dos encaminhamentos da Representação nº 11/17 – GPML está sendo tratada no âmbito do Processo nº 23.254/19-e, que tem como objeto o Monitoramento da Decisão nº 4.472/18, prolatada no Processo nº 1.306/15-e, que trata da Auditoria Operacional sobre Transporte Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino do DF - SEMAG/DIAUP. Assim, não há providências adicionais a serem adotadas nos presentes autos.

3. CONCLUSÃO

118. A SEEDF não tem registro confiável da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, tendo em vista as falhas em documentar a procura e as eventuais negações de acesso quanto a esse tipo de atendimento na rede pública de ensino do DF, entre o fim do chamamento público e o início das aulas do ano subsequente.

119. A busca ativa por crianças em idade pré-escolar deve ser uma política de governo no DF, considerando-se a necessidade de cooperação de várias secretarias de governo e da CODEPLAN. No entanto, a SEEDF não apresentou informações referentes à implementação dessa política pública.

120. O ritmo de aumento de oferta de serviços de educação infantil em creches executado pelo DF, desde que foi editado o PDE, em 2015, apresenta-se muito lento e insuficiente para alcançar a meta de aumento de 5% a cada ano, que aparece no texto da meta 1, referente à população de 0 a 3 anos.

121. Trata-se de um parâmetro populacional que exige um incremento de atendimento a mais de 9500 alunos por ano, em relação ao ano anterior, de forma continuada até o final do PDE. Embora não deva ser considerado um valor exato, a estimativa de incremento em 9500 estudantes, indica a ordem de grandeza da velocidade de aumento da oferta em educação infantil – creche, de forma a cumprir a meta de atender 60% da população de referência até 2024.

122. A implementação do ensino em tempo integral não aumentou significativamente entre 2015 e 2019. Mantido o ritmo de aumento da oferta da educação em tempo integral ocorrida entre 2015 e 2019, o DF não atingirá a meta de atender 33% dos estudantes nessa modalidade de ensino ao final do PDE, em 2024.

123. Em relação ao parâmetro para formação de turmas, a meta estabelecida no PDE é mais relevante para o DF que o preconizado pelo CONAE 2014. A SEEDF apresentou plano de construção de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

escolas para o atendimento no curto, no médio e no longo prazos, de acordo com o Plano de Obras 2019 – 2022.”

13. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

“I) tomar conhecimento da presente informação, dos Ofícios SEI-GDF nº 742/2018-SEE/GAB, nº 1425/2018 - SEE/GAB e nº 198/2018 - GAG/CJ (peças 121, 127 e 125);

II) considerar não cumpridos os itens III.a.1, III.a.2 da Decisão nº 1.486/2018;

III) considerar cumpridas as recomendações constantes dos itens III.b, III.c e III.d da Decisão nº 1486/2018, sem prejuízo de futura fiscalização da matéria;

IV) reiterar ao Exmo. Sr. Governador e à Secretaria de Educação do DF as recomendações constantes dos itens III.a.1 e III.a.2 da Decisão nº 1.486/2018, informando ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as medidas adotadas;

V) alertar o Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal para a necessidade de ampliar a oferta educacional para educação infantil – creche, e de atendimento em educação integral em tempo integral, de forma a dar cumprimento às Meta 1 e 6 do Plano Distrital de Educação, que estabelece o atendimento, até o ano de 2024, de 60% do público alvo em creches e 33% dos estudantes da educação básica em tempo integral.

VI) encaminhar cópia da presente Informação, do Relatório/Voto e da Decisão aos destinatários acima indicados, para subsidiar a adoção de providências;

VII) autorizar o retorno dos autos a esta Secretaria para a adoção das providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 128/2020-G4P (e-doc 95689F90-e), de 28.2.2020, da lavra do Procurador DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, diverge do encaminhamento proposto pela Unidade Instrutória. Do mencionado Parecer, destaco o seguinte trecho:

*“13. Inicialmente, informo que, no presente momento processual, retornam os autos para que, desta feita, este **Parquet** de Contas proceda ao exame das providências adotadas pelo Governo do DF e pela SEE/DF em atenção às recomendações contidas na Decisão*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

nº 1.486/2018. Ademais, mister aferir a repercussão dos fatos apontados na Representação nº 11/2017 – ML na análise da auditoria operacional tratada nos presentes autos, consoante determinação contida na Decisão nº 591/2018, proferida no Processo nº 32.417/2015-e.

14. No que pertine ao cumprimento da Decisão nº 1.486/2018, este **MPC/DF comunga** parcialmente com as conclusões alvitradas pela Unidade Técnica, uma vez que, com esteio na análise engendrada na Informação nº 11/2019 – Diaprex/Semag, verifica-se que as informações colacionadas aos autos pela SEE/DF e pela Governadoria do Distrito Federal não são suficientes para formar convicção acerca do pleno cumprimento das recomendações contidas no citado **Decisum**.

15. Os esclarecimentos trazidos pela jurisdicionada não são capazes de demonstrar a eficácia das medidas adotadas pelo Distrito Federal para a universalização da educação infantil na pré-escola. Por outro lado, nota-se alguma evolução nas ações levadas a efeito para correção do déficit de vagas em creches para crianças com idades entre 0 e 3 anos, bem como naquelas empreendidas para ampliação progressiva da educação em tempo integral.

16. Volvendo o exame ao cumprimento do item III.a.1º da Decisão nº 1.486/2018, em harmonia com o consignado pelo Diretor da Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos, remanesce a constatação já alcançada anteriormente nestes autos, no sentido de que a sistemática utilizada pela SEE/DF não permite a escoreita identificação da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola (4 e 5 anos), mormente em face da inexistência de registro das matrículas efetivadas diretamente nas unidades educacionais e nas Coordenações Regionais de Ensino.

17. Sem laivo de dúvida, a falha nos controles da Pasta representa fator que contribui para o **elevado percentual** de crianças em idade pré-escolar que não frequentam estabelecimentos de ensino. Aliás, conforme anotou o Corpo Técnico, a par de dados da Pesquisa Distrital de Amostra de Domicílios 2018 – PDAD 2018, **12% das crianças em idade pré-escolar (4 e 5 anos) não frequentam à escola**. Trata-se de situação que não se coaduna com o dever material do estado de prover o direito fundamental à educação, especialmente quanto à necessidade de universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos).

⁹ “III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, as seguintes informações: a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), **informar as medidas a serem adotadas para: 1) realizar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, de modo a incluir as solicitações feitas pela população diretamente nas CREs e Unidades Escolares, não contempladas pelo Telematricula;**”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

18. Desse modo, ante a insuficiência das medidas adotadas pela jurisdição, em consonância com a conclusão apresentada na instrução que precede o exame deste Órgão Ministerial, o MPC/DF entende como imperativa a reiteração da recomendação externada pelo item III.a.1 da Decisão nº 1.486/2018.

19. Superado esse ponto, o MPC/DF salienta que os dados concernentes ao item analisado anteriormente estão diretamente relacionados à **questão** tratada no item III.a.2 da Decisão nº 1.486/2018.

20. Ora, os fatos que denotam o **desconhecimento do Distrito Federal** acerca da real demanda de discentes por educação infantil em pré-escolas, aliados ao elevado índice de crianças com idade entre 4 e 5 anos fora de estabelecimentos de educacionais, não deixam laivo de dúvida quanto à inexistência de **mecanismos de busca ativa de crianças fora da escola**, na faixa etária correspondente à pré-escola. Tal fato, por óbvio, obsta o melhor planejamento e a execução da oferta educacional apropriada à demanda efetivamente existente.

21. Dessarte, outra não pode ser a conclusão senão aquela alcançada pelo Corpo Técnico, no sentido reportar ao Tribunal o **descumprimento** do item III.a.2 da Decisão nº 1.468/2018 e, por conseguinte, recomendar a **reiteração** do referido comando.

22. Em relação ao item III.b da Decisão nº 1.486/2018¹⁰, os elementos de convicção carreados aos autos conduzem ao entendimento de que o Distrito Federal está muito aquém de alcançar a Meta 1 do PDE. Vale rememorar que, nesse ponto, o Plano Distrito de Educação almeja a **ampliação anual do atendimento da educação infantil aos alunos de zero a três anos em no mínimo 5% da população dessa faixa etária**, de modo a alcançar, em 2024, 60% da população de crianças entre zero e três anos, sendo no mínimo 90% em período integral.

23. Segundo o Corpo Técnico, para lograr atender ao definido no instrumento de planejamento, o incremento anual de vagas em creches **deveria permitir o ingresso de 9.596 novas crianças na rede**. Ocorre que, conforme apurado pela Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos, ao abrigo das informações remetidas por meio do Ofício SEI-GDF nº 742/2018 – SEE/GAB, o acréscimo de vagas sobre o exercício anterior foi de **1.750** em 2016, **762** em 2017 e **3.149** em 2018.

24. Diante dos números apresentados, apesar do esforço

¹⁰ “III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: [...] **b) quanto às ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos;**”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

verificado, certo é que, caso mantenha a ínfima toada de crescimento constatada, **o Poder Público local fatalmente incorrerá em descumprimento da Meta 1 do PDE.**

25. Por conseguinte, haja vista a **insuficiência das medidas** apresentadas para correção do déficit de vagas em creches para crianças com idade entre 0 e 3 anos, no sentir deste MPC/DF, deve o TCDF considerar **parcialmente cumprido** o preconizado no item III.b da Decisão nº 1.486/2018.

26. Nessa perspectiva, **divergindo** do propugnado pelo Corpo Técnico, aos olhos deste Órgão Ministerial, parece de bom alvitre **apresentar nova recomendação** ao Governador do Distrito Federal para que o Chefe do Poder Executivo, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, apresente as medidas adicionais que serão adotadas para reduzir o **déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos, de modo a satisfazer a meta 1 do PDE.**

27. No tocante ao item III.c¹¹ da Decisão nº 1.486/2018, conforme sublinhou a Unidade Instrutiva na Informação nº 11/2019 – Diaprex/Semag, o Poder Público caminha para o não atingimento da Meta 6 do PDE, assim definida:

“Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.”

28. Nesse particular, o Corpo Instrutivo, com arrimo nos dados apresentados por meio do Ofício nº 15/2019 – SEMAG¹², constatou que **apenas 10,3%** dos discentes do Distrito Federal frequentavam a escola em tempo integral. Destacou, ainda, que a oferta de vagas para a referida modalidade de ensino **cresceu 9%** em 2017 e **apenas 2%** em 2018.

29. Esse panorama, indiscutivelmente, destoa daquele necessário para concretização da meta 6 do PDE. A reforçar esse entendimento, o MPC/DF sublinha o encerramento do prazo para conclusão do plano de ação apresentado no Ofício nº SEI-GDF nº

¹¹ “III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: [...] c) **quanto às medidas complementares que pretende adotar para ampliar a oferta de educação em tempo integral, tais como as elencadas nas estratégias correspondentes à Meta 6, cujo rol integra o Anexo I do Plano Distrital de Educação – PDE, inclusive para contemplar as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;**”

¹² Peça 131 – e-DOC D5E2F482-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

742/2018 – SEE/GAB¹³, bem como a inadequação das medidas adotadas pela Pasta para alcance das metas de ampliação progressiva da educação em tempo integral.

30. Dessarte, no sentir do **Parquet** de Contas, deve o TCDF **considerar parcialmente** cumprido o item III.c da Decisão nº 1.486/2018, o que torna peremptória a **reiteração** da recomendação para apresentação de informações adicionais quanto às medidas a serem adotadas para ampliação da oferta de educação em tempo integral no Distrito Federal.

31. Em relação ao item III.d da Decisão nº 1.486/2018¹⁴, malgrado a juntada de informações que apontam para o **possível cumprimento** dos parâmetros para formação de turmas definidos no PDE, o que se tem é que **a Pasta não apresentou o cronograma nos moldes recomendados pelo TCDF.**

32. Nesse sentido, em deferência à natureza cogente das deliberações da Corte de Contas do Distrito Federal, parece de bom alvitre reiterar o dispositivo em questão, ante a verificação do seu **cumprimento parcial** pelos órgãos apontados na Decisão nº 1.486/2018.

33. Por fim, acerca da ressonância dos fatos reportados na Representação nº 11/2017 – ML no presente feito, conforme bem pontuado pela Unidade Instrutiva, a fiscalização requerida pelo **Parquet** de Contas integra o escopo do Processo nº 23.524/2019-e, constituído para o monitoramento da Decisão nº 4.472/2018, proferida nos autos do Processo nº 1.306/2015-e, que abriga auditoria operacional sobre o Transporte Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. Desta feita, este Órgão Ministerial coaduna com o entendimento externado pela Diretor da Divisão de Auditoria de Programas e Recursos Externos, no sentido de que são despiciendas medidas adicionais nos autos ora em exame.

34. **Ex positis**, este **Parquet** especializado **converge** em parte com as conclusões alcançadas pelo Corpo Instrutivo. Nesse sentido, opina para que o Plenário considere **parcialmente cumpridas** as recomendações constantes dos itens III.b, III.c e III.d da Decisão nº 1.486/2018 e **descumpridas** aquelas constantes dos itens III.a.1 e III.a.2 da indigitada deliberação, sendo, por conseguinte, recomendável a reiteração desses dispositivos.”

¹³ Peça 121 – Anexo II, fl. 25 – e-DOC 761BE555-c.

¹⁴ “III -recomendar ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado ao Tribunal, apresente, no prazo de 90(noventa) dias, as seguintes informações: **d) sobre o cronograma com metas e prazos para assegurar a observância de parâmetros apropriados para formação de turmas, segundo o preconizado na Conferência Nacional de Educação 2014, tendo em vista as distorções apontadas pela auditoria;**”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

VOTO

15. Nesta fase, analisa-se o atendimento da **Decisão nº 1.486/18-CPM**, que recomendou ao Exmº. Sr. Governador do Distrito Federal que, com o auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, apresentasse **informações adicionais**, em complementação ao Plano de Ação encaminhado a esta Corte visando à solução dos achados de auditoria.

16. Em acréscimo, **avalia-se o reflexo das questões tratadas na Representação nº 11/2017-GPML** (e-doc 76AAD8C8-c), formulada pelo i. Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA e juntada aos autos em cumprimento à Decisão nº 591/18-CMA², relativamente à excessiva demora no deslocamento entre as residências de alunos e unidades de ensino, com prejuízo para o desempenho daqueles, e à utilização irrestrita do transporte escolar em detrimento da implantação de unidades de ensino próximas às moradias dos estudantes.

17. O posicionamento dos Pareceres pode ser resumido da seguinte forma:

Decisão nº 1.486/18-CPM	Corpo Técnico	Ministério Público de Contas
III.a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para: [...] 1) realizar, a cada ano, levantamento da demanda manifestada por educação infantil em pré-escola, de modo a incluir as solicitações feitas pela população diretamente nas CREs e Unidades Escolares, não contempladas pelo Telematrícula;	Descumprimento , com a reiteração da recomendação.	
III.a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para: [...] 2) implantar procedimento de busca ativa por crianças fora da escola, na faixa etária compatível com a pré-escola, a ser realizado com o intuito de apurar a demanda real e	Descumprimento , com a reiteração da recomendação.	

² **Decisão nº 591/18-CMA**, de 22.2.2018 (Processo nº 41.725/17-e): “ O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer da Representação n.º 11/17 – ML [...] II – deixar de realizar a fiscalização requerida pelo ilustre representante com a finalidade de avaliar a demanda reprimida na educação básica nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal e a consequente necessidade de implantação ou ampliação das unidades de ensino locais, em razão das matérias tratadas nos Processos n.ºs 1.306/15-e, 32.417/15-e e 1.889/17-e; III – autorizar: [...] b) a juntada de cópia da Representação n.º 11/17 – ML aos Processos n.ºs 1.306/15-e, 32.417/15-e e 1.889/17-e, para subsidiar as respectivas análises; c) a devolução dos autos à Secretaria de Auditoria para fins de arquivamento.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

planejar a oferta de atendimento escolar visando à efetiva universalização da educação infantil na pré-escola;		
III.b) quanto às ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos;	Cumprimento, com alerta à SEDF para a necessidade de ampliar a oferta educacional para educação infantil-creche, de forma a cumprir a Meta 1 do Plano Distrital de Educação.	Cumprimento parcial, com a reiteração da recomendação.
III.c) quanto às medidas complementares que pretende adotar para ampliar a oferta de educação em tempo integral, tais como as elencadas nas estratégias correspondentes à Meta 6, cujo rol integra o Anexo I do Plano Distrital de Educação – PDE, inclusive para contemplar as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio;	Cumprimento, com alerta à SEDF para a necessidade de ampliar a oferta educacional de atendimento em educação em tempo integral, de forma a dar cumprimento à Meta 6 do Plano Distrital de Educação.	Cumprimento parcial, com a reiteração da recomendação.
III.d) sobre o cronograma com metas e prazos para assegurar a observância de parâmetros apropriados para formação de turmas, segundo o preconizado na Conferência Nacional de Educação 2014, tendo em vista as distorções apontadas pela auditoria.	Cumprimento	Cumprimento parcial, com a reiteração da recomendação, tendo em vista que a SEDF não apresentou cronograma nos moldes exigidos.
Representação nº 11/2017-ML	As questões e a fiscalização requeridas na peça inaugural são objeto do Processo nº 23.254/19-e, instaurado para o monitoramento da auditoria tratada no âmbito do Processo nº 1.306/15-e. Não há providências a serem adotadas nos presentes autos.	

18. Passa-se à apreciação.

19. Preliminarmente, registra-se a convergência dos Pareceres no que tange às questões tratadas na Representação nº 11/2017-ML, as quais não demandam a adoção de medidas adicionais nestes autos, uma vez que estão sendo tratadas em processo específico em tramitação nesta Corte.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

(Processo nº 23.254/19-e³).

20. Prossegue-se com o exame do atendimento da Decisão nº 1.486/18-CPM, iniciando-se pelo inciso **III.a.1** da deliberação.

21. Relativamente a este ponto, a jurisdicionada não informou as medidas que serão adotadas visando incluir, a cada ano, no levantamento da demanda por educação infantil em pré-escola, as solicitações feitas pela população diretamente nas unidades escolares e coordenações regionais de ensino.

22. Relembra-se que esta recomendação derivou da constatação da insuficiência dos dados do sistema de Telematricula, o qual, por responder apenas parte da demanda efetiva anual, não pode ser adotado como fonte única de informações para fins de planejamento da oferta educacional. Assim, a recomendação tem grande relevância no sentido de tornar mais eficiente a programação de vagas de ensino, devendo ser **reiterada**, como sugerido pelos Pareceres.

23. De modo similar, no que tange ao inciso **III.a.2**, apesar de a Secretaria de Estado de Educação reconhecer a necessidade de promover a busca ativa por crianças fora da escola, não foram comunicadas medidas efetivas, ensejando a **reiteração** da recomendação nesta etapa processual.

24. Quanto ao inciso **III.b**, correto o posicionamento do Órgão Ministerial, pelo **cumprimento parcial** e a sua **reiteração**, notadamente em razão da afirmação da Unidade Instrutória de que as ações promovidas até o momento, embora louváveis, **não asseguram** o atingimento da Meta 1⁴ do Plano Distrital de Educação – PDE até o exercício de **2024**.

25. Neste ponto, consoante a equipe de auditoria, o atingimento da meta requer a ampliação da oferta de vagas em creches, a cada ano, em cerca de **9.596** crianças. Em contraponto, a jurisdicionada fixou, no plano de ação, a meta de disponibilização de **487** novas vagas anualmente, a qual foi superada nos exercícios de **2016, 2017 e 2018**, com o incremento de **1.750, 762 e 3.139** vagas, respectivamente. Contudo, estes números permanecem

³ **Processo nº 23.524/19-e**: Processo autuado para tratar de Monitoramento de decisão que apreciou Relatório de Auditoria Operacional para avaliar a gestão do Programa Transporte Escolar, Processo nº 1306/15-e, correlacionado a estes autos, consoante autorização do item V da Decisão nº 4.472/18.

⁴ Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches públicas e conveniadas, **de forma a atender no mínimo 60% da população dessa faixa etária, sendo no mínimo 5% a cada ano** até a final de vigência deste Plano Distrital de Educação – PDE, e ao menos 90% em período integral.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

inferiores aos efetivamente necessários para o alcance da meta distrital.

26. Esta mesma conclusão é extensível ao inciso **III.c**, que cuida da ampliação da oferta de educação em tempo integral. Como registrado pela Unidade Instrutória, o percentual de estudantes na modalidade em comento sofreu ligeiro incremento de 9,3% para **10,3%** entre 2016 e 2018.

27. Portanto, as providências adotadas e noticiadas a esta Corte não são suficientes para garantir o alcance da Meta 6⁵ do PDE, de fornecimento de educação em tempo integral para 33% dos estudantes de educação básica. Ademais, a respeito deste ponto, constatou-se que o plano de ação⁶ contemplava ações até o exercício de 2019 e, portanto, se encontra vencido. Destarte, há a necessidade de **reiteração** da recomendação.

28. No tocante ao inciso **III.d**, que cuidou da apresentação de cronograma com metas e prazos para assegurar a observância de parâmetros apropriados para a formação de turmas, a jurisdicionada apresentou as seguintes informações: a) dimensionamento da quantidade de turmas necessárias; b) dimensionamento da necessidade de construção de escolas; e c) enumeração das escolas a serem construídas no curto, médio e longo prazos.

29. Com relação a este último ponto, a jurisdicionada remeteu o Plano de Obras 2019-2022⁷, o qual, caso integralmente realizado, atenderá as metas distritais de formação de turmas, sem prejuízo de eventual revisão em caso de alterações na necessidade de oferta educacional.

30. Assim, em que pese a falha formal delineada pelo Órgão Ministerial – ausência de apresentação de cronograma nos moldes solicitados na deliberação – assiste razão à Unidade Instrutória, no sentido de que o cronograma de obras contém dados suficientes para viabilizar o acompanhamento por parte desta Corte, motivo pelo qual pode-se considerar cumprido o inciso **III.d**, sem prejuízo de futuras fiscalizações.

31. Vencidas estas considerações, cumpre ressaltar que as informações examinadas datam do exercício de 2018 e, portanto, a reiteração

⁵ Oferecer educação em tempo integral em no mínimo 60% das escolas públicas, de forma a atender **pelo menos 33% dos estudantes da educação básica, por meio da ampliação de no mínimo 10% ao ano da matrícula de educação integral** nas unidades escolares já ofertantes, até o último ano de vigência deste Plano.

⁶ Fl. 25 do e-doc 761BE555 (peça 121).

⁷ O cronograma de obras contempla a construção e reconstrução de centros de ensino e escolas técnicas, bem como a ampliação de salas de aula, para o período de 2019-2022, com a indicação das localidades e a necessidade de profissionais de ensino. Reproduzido no § 102 da Informação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

da maior parte das recomendações permitirá a apresentação de informações atualizadas sobre as medidas adotadas visando à consecução das metas do Plano Distrital de Educação, notadamente em decorrência da troca da titularidade do Poder Executivo e, por conseguinte, dos demais titulares das Pastas do Governo do Distrito Federal, ocorrida no início de 2019.

Com estes esclarecimentos, VOTO, de acordo em parte com os Pareceres, no sentido de que o Tribunal:

I. conheça dos Ofícios SEI-GDF nº 742/2018 – SEE/GAB (e-doc 761BE555-c), nº 198/2018 – GAG/CJ (e-doc D0CC845F-c) e nº 1425/2018-SEE/GAB (e-doc 55802D72-c);

II. considere, em relação à Decisão nº 1.486/18:

a) cumprido o inciso III, alínea “d”;

b) parcialmente cumprido o inciso III, alíneas “b” e “c”;

c) não cumprido o inciso III, alínea “a”;

III. reitere ao Exm^o. Sr. Governador do Distrito Federal o teor do inciso III, alínea “a”, “b” e “c” da Decisão nº 1.486/18, para que, com auxílio da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, em complementação ao plano de ação encaminhado a este Tribunal, apresente, no prazo de 90 (noventa) dias, as seguintes informações:

a) quanto à universalização do direito de acesso à Educação Infantil na Pré-escola (4 e 5 anos), informar as medidas a serem adotadas para:

1) realizar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em pré-escola, de modo a incluir as solicitações feitas pela população diretamente nas CREs e Unidades Escolares, não contempladas pelo Telematrícula;

2) implantar procedimento de busca ativa por crianças fora da escola, na faixa etária compatível com a pré-escola, a ser realizado com o intuito de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7/S1

Proc.: 32.417/15-e

apurar a demanda real e planejar a oferta de atendimento escolar visando à efetiva universalização da educação infantil na pré-escola;

b) quanto às ações adicionais que serão adotadas para corrigir o déficit da oferta educacional para a Educação Infantil em creches às crianças com idade entre 0 e 3 anos;

c) quanto às medidas complementares que pretende adotar para ampliar a oferta de educação em tempo integral, tais como as elencadas nas estratégias correspondentes à Meta 6, cujo rol integra o Anexo I do Plano Distrital de Educação – PDE, inclusive para contemplar as etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

IV. autorize:

a) o encaminhamento de cópia da Informação nº 11/2019 – DIAPREX/SEMAG, deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à autoridade indicada no inciso anterior e à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública - SEMAG para a adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 3 de junho de 2020.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição antecipada